

SALÁRIO: GREVE EM MINAS E AMEAÇA EM SÃO PAULO.

Aumento de salário de 20% e reconhecimento das Comissões de Fábrica é o que exigiram mais de dez mil operários da cidade de Betim, vizinha de Belo Horizonte, com a paralisação do trabalho segunda-feira, dia 23, na Fiat, Krupp e FMB. Na capital paulista, em Osasco e em Guarulhos, a campanha salarial poderá também dar em novas greves para conquista de aumentos de 70 a 74%. (Págs. 3 e 12)

Anistia: grupos de todo Brasil marcam encontro para avançar na luta.
Pág. 5

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Nº 35 - CR\$ 10,00 - 30/10 A 5 DE NOVEMBRO DE 1978

“É preciso que se dê conta de nossos mortos”



José Carlos



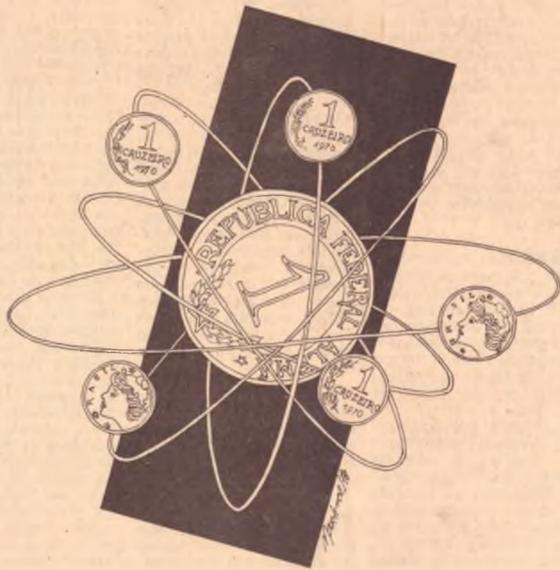
Gildo

José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo de Lacerda: ex-líderes estudantis mineiros, dois entre outros tantos presos, torturados e mortos pela fúria repressiva dos órgãos de segurança, em fins de 1973. Agora, depois de muita dor e muita busca, os depoimentos do professor Edgar Mata Machado (pai de José Carlos) e da jornalista Mariluce (mulher de Gildo). Págs. 5, 6 e 7.

TRÊS ANOS DE ACORDO BRASIL-ALEMANHA:

A NEGOCIATA NUCLEAR

Na CPI sobre o acordo nuclear continuam as denúncias de corrupção. Mas há pontos fundamentais que ainda não foram tocados: discutir se interessa ao País um programa nuclear nas dimensões pretendidas pelo governo e se estamos realmente conseguindo transferir tecnologia e conquistar a “independência de combustível”.
Pág. 8



IGREJA:

Justiça e Paz protesta contra a nova Lei de Segurança

Entrevista com o novo presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, José Carlos Dias.
Pág. 5.

Militares do contra: Centelha Nacionalista revê posição.

Pág. 2

O caso Bukarin e o caso Trotsky

O filho do dirigente bolchevique Bukarin escreve a Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, pedindo sua contribuição para a restauração da verdade sobre o período stalinista, no qual o seu pai - autor do “ABC do Comunismo” e editor do Pravda - foi condenado à morte como “traidor”. E mais: o “Caso Trotsky”, contado por um comunista mexicano que foi convocado para assassiná-lo e não aceitou a “tarefa”. Pág. 9

DEBATE:

trabalhadores dão seu recado ao movimento estudantil

Falam os sindicalistas: Dazinho, Maurício Rangel, João Paulo Vasconcelos e Olívio Dutra.
Pág. 4

Militares: a autocrítica da "Centelha Nacionalista"

Um certo mal estar se difundiu nos últimos dias, entre os grupos militares descontentes. A razão principal está na ausência de uma reação mais forte, nas Forças Armadas, às denúncias divulgadas pela imprensa sobre a corrupção que atinge os mais altos escalões governamentais. Isso, segundo fontes do próprio setor dissidente.

Observadores bem informados, entretanto, consideram que a inquietação dos dissidentes militares empunhados na campanha de denúncias, sob a liderança principal da oficialidade que integra a chamada **Centelha Nacionalista**, tem causas mais profundas. Na realidade, trata-se de uma primeira constatação de que, mesmo já representando um fator de pressão com razoável poder de difusão pelo país, esta oficialidade jovem não logra ainda abalar, através de sua atuação, a hegemonia da corrente militar dominante.

Porta-vozes do grupo lider já começam a admitir que a tática adotada limita a repercussão das próprias denúncias, tanto nas áreas militares quanto civis. Mesmo propiciando razoável repercussão nas manchetes da

grande imprensa, esta tática "de gabinete" contra o esquema palaciano não surtiu os efeitos desejados.

A estratégia era constituída de três eixos: a campanha de denúncias sobre corrupção, o lançamento de um candidato próprio à sucessão e a retomada do regime democrático. Em cima desses três pontos, que ainda se considera corretos, se tentou sensibilizar os setores descontentes e interessados na volta aos quartéis. A tática, entretanto, não correspondeu: obedecendo à influência de militares descontentes, sim, porém mais ligados à equipe de governo, na prática, ela se restringiu a uma visão equivalente à desta mesma equipe palaciana. Visão estreita, resultados pequenos.

Um primeiro balanço dos últimos acontecimentos, que culminaram com a prisão por 20 dias do general Hugo Abreu, inclina as áreas dissidentes para a conclusão de pelo menos dois aspectos centrais do que poderia ser caracterizado como a "correlação de forças", no momento: por um lado, as denúncias têm repercutido, acentuando o clima de inquietação, daí o "pipocar" de críticas em várias regiões;

por outro lado, continua pairando no ar a hipótese de um próximo endurecimento, destinado a tornar mais rigoroso o controle dos bolsões que manifestam rebeldia.

Quais serão os próximos passos? Isso ainda não foi delineado com clareza. Conforme indica situação transmitida por integrantes da **Centelha**, atualmente, é necessário repensar, pelo menos, o estilo "de gabinete" da tática adotada contra o esquema palaciano, pondo mais ênfase nas relações com os setores mais representativos da sociedade civil e, ao mesmo tempo, preocupando-se com a organização política dos grupos militares.

Para alguns, a indecisão do governo quanto à aplicação de punições mais severas contra os chefes militares descontentes é consequência de sua real incapacidade para avaliar até onde chega a influência dos dissidentes dentro dos quartéis. Os "banimentos" (transferências compulsórias de oficiais para regiões mais distantes) têm servido, na verdade, e bastante, como mola para a irradiação do descontentamento militar.

Sucursal do Rio de Janeiro

GERAIS

A briga dos posseiros em São Paulo

Os posseiros da Fazenda Vista Grande, situada a 20 km do município de Miracatu, no Vale da Ribeira, São Paulo, estão ameaçados de despejo. Assim como todos os posseiros do Brasil, em decorrência da lógica mais geral da expansão do capital. As aparências imediatas desta expansão são várias.

As 32 famílias da Fazenda Vista Grande, em sua maioria migrantes de Minas e do Nordeste, obviamente ignorando as tramas dos "letrados", trabalham nestas terras há 10, 15 e até 20 anos. Plantam a banana para comercialização, onde seguramente são sangrados pelos intermediários, e pequenas roças de onde extraem milho, mandioca e feijão para sua subsistência. Nestes anos todos desmataram, capinaram e criaram benfeitorias no terreno que hoje, Angelo Papalardo, de posse da escritura, reclama: Seja por intermédio de sutis manobras jurídicas, persuadindo os posseiros a assinarem contratos de arrendatários, o que desqualificaria a posse, seja através de ameaças mais palpáveis, que vão desde prisões e espancamentos até danos materiais provocados nas lavouras dos posseiros.

José Pascoal Barbosa, uma das vítimas, foi espancado e preso por seis guardas-florestais que o acusavam de estar realizando desmatamento de florestas virgens. Posteriormente encaminhado à delegacia de Juquiá, município vizinho, além do truculento tratamento habitual passou da condição de eventual desapropriado à de grileiro. No entanto, este mesmo zelo da polícia florestal foi incapaz de impedir que os empregados de Angelo Papalardo desmatassem impunemente as tão bem "guardadas" florestas virgens e construísem estradas sobre as plantações, provocando enormes prejuízos aos posseiros.

Decididos a lutar por seus direitos, os posseiros procuraram a Frente Nacional de Trabalho (F.N.T.), que designou Salvador Pires para orientá-los.

Auxiliado pelo Secretariado da Justiça e Não-Violência e pelo padre Theodoro Brum do Município, Salvador, procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua respectiva Federação, onde conseguiu o advo-

gado Joel Carneiro dos Santos para representar os posseiros na ação pela integração de posse.

Quarta-feira última, dia 16, os posseiros, homens, mulheres e crianças, em número de aproximadamente 100, foram à cidade de Miracatu assistir à 1ª audiência da ação. Permaneceram 7 horas na cidade, das 8 da manhã às 3 da tarde, alojados na sede social da paróquia, de onde saíram para uma concentração em frente ao Fórum local onde ficaram sabendo que a audiência fora adiada para o dia 10 de abril do ano que vem. Na pior das hipóteses, caso os posseiros sejam desapropriados das terras, ainda lhes resta o direito à indenização das benfeitorias por eles promovidas, que serão calculadas por peritos designados pelas partes em litígio. Comentase no município que o fazendeiro Angelo Papalardo não teria recursos para arcar com as indenizações, o que fez com que o advogado dos posseiros vislumbrasse a possibilidade do Estado vir a desapropriar as terras e repassá-las aos posseiros.

É uma alternativa. Enquanto isso a região continua explosiva. Recentemente no município de Sete Barras, uma companhia de loteamentos, cujo nome ainda é mantido em segredo, colocou à venda mil alqueires de terra. Sem efetivamente possuí-los, desencadeou uma grilagem desenfeada para cima dos posseiros. Do conflito resultou a morte de dois capangas desta Companhia porque os posseiros resolveram resistir. Um terceiro capanga desta misteriosa Companhia, conhecido por Araribá, encontra-se foragido em virtude do processo que a partir de sábado, dia 19, começou a ser movido.

Desta maneira, a luta dos posseiros da Fazenda Vista Grande ganha um significado maior na medida em que o seu desdobramento repercutirá sobre a sorte de milhares de famílias do Vale da Ribeira que vivem em situação semelhante. E mesmo sendo uma iniciativa vestida de características legais e jurídicas, é negativamente, o fruto da avassaladora homogeneização contraditória entre o Capital e o Trabalho, num local em que, paradoxalmente, a luta contra a propriedade da terra ainda não está colocada para os interessados.

FINAIS Fundada no sul a Tendência Socialista

SOCIÓLOGOS/ O principal ponto a ser discutido na próxima reunião da Associação dos Sociólogos do Brasil ASB, será o texto final da proposta de projeto de regulamentação da profissão, a ser encaminhado ao parlamento. A reunião será em novembro próximo em Porto Alegre.

A ASB, nascida das sucessivas reuniões realizadas entre associações estaduais, hoje se reúne de forma federativa. Tem como objetivos básicos a defesa dos direitos profissionais dos sociólogos e contribuir com a transformação democrática da sociedade brasileira.

Sucursal do Rio de Janeiro



Com o objetivo de manter e apoiar a "frente das oposições" na luta pela derrubada do regime militar, com a autonomia e o direito de defender dentro dela as posições que apontam decididamente para o campo do socialismo, foi realizada no último domingo, dia 22, em Porto Alegre, a convenção estadual de fundação da Tendência Socialista do MDB-RS.

Cerca de cem pessoas, entre as quais delegados do interior do estado, estiveram presentes no plenário da Assembleia Legislativa gaúcha participando de uma exaustiva discussão do programa da Tendência Socialista, bem como de seus estatutos.

Na ocasião, ficou definido que suas diferenças em relação aos demais setores do MDB não se limitam apenas a proposta de organização mais coesa, mais atuante e mais democrática em suas formas de decisão e prática política. "Nos distinguimos, fundamentalmente, porque só a volta ao 'Estado de Direito', à democracia liberal, não basta", esclarece o programa eleitoral. "Nesta democracia, a ditadura do dinheiro continua nas fábricas, nos bancos, nas empresas, nas plantações, onde os patrões mandam e desmandam e os trabalhadores continuam explorados. Defendemos a liberdade de expressão e organização que não se restrinja aos partidos burgueses e nem o rádio, os jornais e a televisão sejam dominados por meia dúzia".

Defendendo e apoiando oficialmente a reeleição de Américo Copetti para deputado estadual, de acordo com decisão da convenção, tendo em vista seu comprometimento com o programa da Tendência Socialista, ficou definido, porém, que não há ilusões com o trabalho fechado nos parlamentos, nem com os discursos inflamados: "Temos claro os limites e as possibilidades que se abrem para os candidatos que tenham seu trabalho comprometido com a tarefa da organização dos trabalhadores". Mas a convenção não restringiu seu apoio apenas aos candidatos diretamente responsáveis por seu programa: "todos aque-

les que criem e participem de organismos onde sua prática, seu comprometimento, suas atitudes possam ser cobradas cotidianamente e expressem a vontade e os interesses dos trabalhadores", estão integrados na propaganda eleitoral da tendência.

Durante a convenção, e com base num programa sistematizado em dez páginas, foi definida também a plataforma eleitoral da Tendência Socialista. Cinco itens dividem suas áreas de atuação: a luta por liberdades democráticas, reivindicações específicas dos trabalhadores, reivindicações urbanas, reivindicações escolares e estudantis, e reivindicações específicas da mulher.

Na luta por liberdades democráticas, além da Anistia ampla, total e irrestrita e a convocação de uma Assembleia Constituinte, é exigido o fim do bicameralismo (Senado e Câmara) e a criação de uma Assembleia Popular Única, com representação proporcional à votação partidária. Além disso, é defendida a estatização dos setores básicos da economia e das empresas imperialistas sem qualquer contrapartida, e o controle popular dos meios de comunicação de massa e dos gastos públicos, através dos parlamentares e das associações comunitárias e de bairro.

Entre os nove pontos que integram o item das reivindicações específicas dos trabalhadores, constam o fim imediato do archo salarial, retorno à estabilidade no emprego, aposentadoria integral, escala móvel de salários, controle operário das condições de produção, exploração coletiva da terra, e a formação de uma Central Única dos Trabalhadores.

A Tendência Socialista, composta essencialmente de profissionais liberais e estudantes universitários e secundaristas, se lança agora na campanha eleitoral. No entanto, como está definido em seu programa, suas tarefas não se limitam às questões eleitorais. Ao contrário. Tudo indica que seus objetivos passam pela rearticulação partidária e, ainda mais, pela constituição de um polo organizado na luta pelo socialismo.

Nicarágua: manifestação em Minas

"Como disse em outras ocasiões, sustento com São Tomás de Aquino, que em determinadas situações de intolerável injustiça oficial, o povo tem o direito de exercer a violência ativa, quando os meios pacíficos se esgotam e não se encontra remédio para o mal".

Com estas palavras, de uma declaração de D. Miguel Obando y Bravo, arcebispo de Manágua, Nicarágua - os nicaraguenses residentes em Belo Horizonte iniciaram a convocação para um culto - "Vida, Paixão e Morte de um Povo" - em solidariedade à luta do povo da Nicarágua contra a ditadura de Somoza. Esta convocação foi assumida também pelos D.C.E.s da UFMG e UCMG e pelo Grupo de Universitários Cristãos.

A celebração ocorreu no dia 12 de outubro, na Igreja São José, no centro de Belo Horizonte. A data foi escolhida por três razões bastante significativas: o descobrimento da América, os dois anos do assassinato do Padre Burnier pela polícia e os cinco meses da prisão do Cárja.

O culto foi dirigido por quatro padres e mais de 700 pessoas compareceram e participaram ativamente. A tônica geral foi a denúncia do massacre sofrido pelo povo da Nicarágua, o relato de toda sua história de luta e a necessidade de união do povo latino-americano na busca da justiça e da liberdade. As entidades que se manifestaram durante a celebração - o Movimento Feminino pela Anistia, o D.C.E. da UFMG e um representante da comunidade

nicaraguense que leu um manifesto de Sandino - fizeram colocações neste sentido, que podem ser resumidas nas palavras do representante do D.C.E.: "O povo nicaraguense não está sozinho. Os oprimidos de toda a América Latina, como do mundo inteiro, vivem a mesma realidade, enfrentam o mesmo inimigo - a exploração da minoria de capitalistas sobre a maioria de assalariado. A luta por uma América livre da opressão e da exploração é o ponto de união dos povos do Novo Continente".

Os cantos finais foram o "Apesar de você" do Chico e o "Gracias a la vida" da Violeta Parra, para dar o sentido, como foi colocado pelo dirigente do culto, de que na luta existe uma esperança, mesmo com toda a opressão existente. (Heloisa Greco)



Assine EM TEMPO!

Nome Profissão

Idade Endereço Bairro

Fone Cidade Estado CEP

End. Comercial Horário Fone

Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Antonio Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alii, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Monte-

iro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Valdeir Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quintero, Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Matzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO: Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, Recife (R. Aníbal Faício, 127 - Fracas), Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - sala 408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Ademelo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju:** (SE): David Dantas. **Campanas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, rogerio Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiya Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Ademelo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Patrões debatem comissões de fábrica

Delegado sindical: estabilidade já conquistada no Sul.

Em Porto Alegre, os trabalhadores da indústria do vestuário conseguiram firmar com os patrões uma convenção coletiva, na qual é reconhecida uma das modalidades de organização sindical no interior das empresas.

Em Porto Alegre, talvez pela primeira vez no Brasil, já existe a garantia da estabilidade provisória no emprego para o delegado sindical, firmada numa convenção coletiva entre os sindicatos de trabalhadores e o patronal das indústrias do vestuário. O prazo da garantia é de dois anos, durante a vigência da convenção, e mais seis meses após o término do mandato do delegado.

O advogado do sindicato de empregados, Carlos Araújo, explica que a imunidade foi viabilizada a partir de uma luta reivindicatória envolvendo o artigo 347 da CLT, referente ao trabalho da mulher.

Este artigo pondera que nenhuma mulher pode ter seu horário de trabalho prorrogado, exceto mediante convenção coletiva ou acordo coletivo. Como este artigo não era respeitado em nenhuma fábrica de Porto Alegre, pois todas estendem a jornada de trabalho em 1h36m, de segunda a sexta-feira, o sindicato começou a entrar na Justiça. "O número de reclamantes chegou aos cinco mil, e começamos a ganhar todos os processos. Como as empresas começaram a ser atingidas financeiramente, passaram a ter interesse em resolver a questão", explica Araújo.

Mobilização

X

Coca-Cola

Ele lembra a intensa mobilização das bases nesta ocasião, entre 1975/76. "O sindicato colocava uma série de itens para a convenção, entre eles o delegado sindical com estabilidade. Evidentemente, a convenção, feita entre sindicato dos empregados e o patronal, não interessa aos patrões. Então eles tentaram partir para o acordo coletivo, por empresa, o que viria enfraquecer o movimento que surgia".

O episódio mais significativo desta reação foi com a principal empresa do setor, a Jack S.A. que tem a maior es-

trutura repressiva de Porto Alegre, com um ostensivo sistema de segurança interno e externo. A direção tentou jogar seus 2.500 operários contra o Sindicato, colocando que a intenção era obrigá-los a trabalhar aos sábados. Houve uma verdadeira doutrinação para os empregados aceitarem, na assembleia geral da categoria, a proposta patronal. O acordo e não convenção, era a proposta.

Com absoluto silêncio da imprensa gaúcha, a assembleia se realizou num clima de tumulto. Araújo recorda que antes dos empregados saírem para o sindicato, a direção da Jack encerrou as atividades da fábrica depois do almoço e levou todos para o refeitório. "Distribuíram sanduíche e coca-cola tentando prepará-los para o acordo. Contrataram 50 homens, que ficaram postados na frente da empresa e fizeram fila entre a porta da empresa e do ônibus. E em cada ônibus, um agente de segurança".

O sindicato na fábrica

Mas a repressão se dava em todos os níveis. Pouco antes da chegada dos trabalhadores, o sindicato foi ocupado por soldados da Brigada Militar. A direção do Sindicato protestou e recebeu como

títulos pagos, bem como os descontos de salários. Uma via do envelope deverá ser entregue ao empregado.

DÉCIMO - Em cada empresa fica assegurado a existência de um Delegado Sindical, e os empregados de cada empresa, no âmbito da estabilidade provisória no emprego, pelo prazo de vigência da presente convenção.

DÉCIMO PRIMEIRO - As horas trabalhadas de qualquer natureza e em qualquer escala de trabalho serão pagas a 100% (cem) por cento

resposta do comandante um seco "Cumpro ordens do secretário da segurança, com a intenção de garantir a ordem". Havia presença de inúmeros agentes do DOPS e de agentes da assessoria da direção da empresa.

"Houve até agressões físicas nos membros da diretoria do sindicato e no meio de um tumulto foi iniciada a votação secreta. Todos votavam, os agentes, a segurança. Então o representante da Delegacia do Trabalho anulou a votação antes do escrutínio. A direção da Jack continuaria tentando a obtenção do acordo, mas antes da nova assembleia geral a convenção coletiva foi firmada".

Entre as 25 cláusulas conseguidas uma das consideradas mais importantes pelos trabalhadores foi a do representante com imunidade. Isto tem representado um grande avanço no trabalho do sindicato com as bases e vice-versa, principalmente nas questões referentes a condições de trabalho. Este delegado sindical, eleito em assembleia geral e destituído a qualquer momento também em assembleia, tem levado o sindicato para a fábrica e trazido a fábrica para dentro do sindicato.

"Temos que saber conjugar o trabalho de massa com as brechas que a legislação muitas vezes oferece", entende Araújo, considerando infantilismo o absoluto desprezo da utilização, quando possível, da legislação. Diz também que a experiência do Vestuário sensibilizou o Tribunal do Trabalho do RS, que já concedeu em dissídio coletivo dos empregados em financeiras, o delegado com estabilidade. Quanto às comissões de fábricas, Araújo entende que "ainda é um horizonte a conquistar". O Sindicato do Vestuário possui hoje 60 delegados sindicais, pretendendo ampliar em breve este número para 100. O reflexo imediato do trabalho destes representantes junto às bases foi maior sindicalização.

(Sucursal de Porto Alegre)

Os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos conseguiram levar os empresários da Federação das Indústrias do Estado, representantes de 22 sindicatos patronais, a aceitar o debate da formação de comissões de fábrica durante o segundo encontro da negociação direta que vêm estabelecendo por ocasião da campanha salarial de 78, realizado terça-feira, em substituição ao tradicional dissídio coletivo.

A garantia de estabilidade no emprego para os membros das comissões de empresa ou para os delegados sindicais faz parte do elenco de reivindicações dos três sindicatos de empregados e foi apresentada aos patrões com destaque.

O empresário Paulo Francini propôs - e foi logo aceita - a constituição de um grupo de trabalho misto com três representantes de cada uma das partes, mais dois advogados, para formular uma proposta concreta de funcionamento, que fixasse o que são, quais as funções, o número de componentes, a duração e as prerrogativas das comissões de fábrica.

Reunidos na noite de quarta-feira, os três sindicatos chegaram a uma proposta mínima comum para ser apresentada ao patronato na primeira reunião do grupo de trabalho, marcada para o dia seguinte. Estavam presentes Joaquim dos Santos Andrade, Henos Amorina e Edmilson Felipe Nery, respectivamente presidentes das entidades de São Paulo, Osasco e Guarulhos, além de muitos membros das comissões de salários. O primeiro projeto do movimento sindical apresentado para os patrões define as comissões de empresa como "o órgão de representação dos trabalhadores na defesa dos interesses dos mesmos trabalhadores, ao nível de cada empresa ou cada uma de suas unidades". A principal atribui-

ção, portanto, seria "representar os empregados da empresa para evitar e solucionar problemas perante a diretoria da empresa". Contariam com as seguintes prerrogativas: os membros gozariam da estabilidade proporcionada pelo art. 543 da CLT; eleição livre e democrática pelos próprios trabalhadores, que estabeleceriam o seu próprio regimento ou normas de trabalho; duração de um ano de mandato.

A extensão numérica, se acordo ainda com o projeto seria de um representante para cada 25 empregados naquelas fábricas onde houvesse até 100 trabalhadores; nas empresas ou unidades cujo número fosse superior a 100, cada fração de 100 corresponderia a mais um representante.

Autonomia ou atrelamento?

Finalmente, optou-se pela vinculação das comissões de fábrica ao sindicato, aspecto hoje bastante polêmico no movimento sindical. Para se chegar a um denominador comum, os três sindicatos apresentaram na reunião de quarta-feira cada um, esboço de regimento interno para as comissões.

A tese da independência e autonomia das comissões de fábrica apareceu claramente no projeto do Sindicato de São Paulo, pois a Oposição Sindical participou da redação. "A comissão só prestará contas de suas atividades aos trabalhadores" dizia o regimento assinado pelo Sindicato de São Paulo, do qual Joaquim Andrade disse divergir. Além disso, propunha-se que "a comissão tenha seus meios próprios de divulgação tais como jornal, boletins e quadro de aviso", e que "seja forneci-

do às comissões um local apropriado para a realização de suas reuniões", fatores que poderiam contribuir para uma vida própria da comissão de empresa.

O sindicato de Osasco

Por outro lado, a proposta do Sindicato de Osasco é a que mais procurou atrelar as comissões ao sindicato. Num dos artigos do regimento, definiu-se: "somente poderão concorrer aos cargos de membros das comissões os associados do sindicato que contarem com mais de um ano de trabalho na empresa e tiverem conduta profissional regular". Sobre este aspecto o projeto preliminar de São Paulo, deixava claro uma diferença "não será imposto nenhum tipo de restrição à participação do qualquer trabalhador de fábricas ou empresa na comissão, desde que o mesmo tenha sido eleito livremente".

Os dois dispositivos finais do esquema de Osasco não deixam dúvidas quanto à amarração que se pretende: "as decisões das comissões serão tomadas pela maioria de seus membros, consultando sempre previamente a diretoria do sindicato", e "o presidente da comissão deverá submeter, mensalmente ao sindicato, o relatório das suas atividades".

Estas divergências, é claro, não seriam levadas para a mesa de negociações com os empresários. Mas a explicitação delas permite vislumbrar pelo menos um dos eixos centrais do debate que cada vez tende a ser mais intenso no movimento sindical, que é o dos mecanismos de organização dos trabalhadores no interior das empresas.

(F.F.)



Os metalúrgicos de dedo em riste

Em São Paulo, sete mil trabalhadores fizeram, dia 20, a assembleia mais agitada dos últimos tempos para mostrar que salário não é esmola que se pede de chapéu na mão. "Greve! Greve!" era o caminho apontado pelo coro que interrompia os oradores a todo momento. Em Osasco, outros mil metalúrgicos também mostravam disposição semelhante. Aqui, o clima da campanha salarial de 78, que chega finalmente aos momentos decisivos.

"A classe operária não está mais disposta a ir de chapéu na mão pedir o aumento de salário, mas de dedo em riste, para exigir os seus direitos".

Essa frase pronunciada durante o discurso de um metalúrgico na assembleia geral da categoria, na noite do dia 20, em São Paulo, expressa bem o ânimo da campanha salarial de 78, que caminha esta semana para os momentos decisivos. O encontro realizado na sede social do Sindicato dos Metalúrgicos, bem no centro da cidade, foi o mais movimentado dos últimos tempos. Segundo o cálculo de um dos oradores, acatado oficialmente pela mesa que presidiu os trabalhos, nada menos que sete mil operários compareceram, superlotando o auditório do segundo andar e bloqueando o trânsito na rua, de onde se podia também acompanhar os debates através dos alto-falantes.

Para a Oposição Sindical, a assembleia teve o significado de um importante teste. Vários participantes do organismo, disseram a este semanário que avaliavam a própria atuação de maneira mais positiva que da primeira assembleia. Ou seja, agiram com maior articulação e comprovaram que não bastam os discursos inflamados contra a política salarial e o governo para garantir a democratização do sindicato; estes ajudam a agitar os temas, mas é preciso também forçar a diretoria do sindicato a se comprometer com os encaminhamentos práticos que favoreçam a organização do conjunto da categoria. "Só no grito, não sai greve", reconhece até mesmo o próprio Joaquim dos Santos Andrade, presidente da entidade há 14 anos.

"Greve! Greve!"

Tão logo terminou o minuto de silêncio - guardado em memória do metalúrgico Nelson Pereira de Jesus, assassinado a tiros pelo patrão porque reclamou do salário - a assembleia pegou fogo. Vários militantes da Oposição Sindical passaram a exigir a transferência imediata do plenário para a rua, a fim de garantir o voto dos que lá estavam e a possibilidade de acesso às discussões, de um engajamento mais efetivo na deflagração de uma greve, caso venha a ocorrer, conforme argumentaram. Entretanto, o presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, há 14 anos no cargo, conteve essa reivindicação.

Em seguida, de acordo com seu novo figurino de radicalização verbal, Joaquim criticou a postura dos empresários no dia anterior, que haviam apresentado uma contra-proposta irrisória

de aumento salarial (50% para quem ganha até três salários mínimos: "nos anos anteriores houve gozação para cima de nós, agora houve indiferença"). Anunciou que o sindicato rejeitaria as bases do acordo patronal, defendendo a continuidade da luta pelos 70%, e conclamou a categoria a "demonstrar sua força, através da organização nas empresas, que desse condições de exigir": "a próxima assembleia do dia 27 vai decidir dia e hora para a deflagração da greve", arrematou o dirigente sindical, cortado a essa altura pelo coro de "greve! greve!", gritado entre muita gesticulação pelo plenário.

Um dos membros da Oposição Sindical pede a formalização da decisão pela assembleia. Joaquim reluta, mas coloca em votação. Os braços estendidos para cima, confirmam a rejeição da proposta empresarial, por unanimidade, resultado recebido novamente sob os gritos cada vez mais fortes de "greve! greve!".

Os oradores iniciam o revezamento no microfone do palco. O primeiro inscrito, Antonio Flores, chama atenção para a necessidade de passos concretos imediatamente na pressão organizada nas fábricas: "com operação tartaruga desde agora faremos com os que os patrões cheguem ao pé de cajurana".

Durante a fala de outro trabalhador, o plenário começa a ser surpreendido com um vozerio cada vez mais forte que entra pela janela. O orador interrompe, dá um branco no salão, e nitidamente ouve-se o coro vindo da rua: "greve! greve!". Era a massa que ficou de fora, inflamada com as críticas à política salarial do governo. O auditório se emociona e repete o mesmo refrão. Se dependesse exclusivamente do entusiasmo daquela assembleia, a paralisação ocorreria no dia seguinte, comenta um dos membros da comissão de salário, baixinho, com um companheiro do lado.

"Delfim é ladrão"

O tratamento cáustico dado à figura de Delfim Neto, ex-ministro da Fazenda e ex-embaixador do Brasil na França, revela bem a temperatura a que está chegando a campanha salarial. Apontado como o principal responsável pela manipulação das estatísticas do custo de vida que lesaram o salário dos trabalhadores em 1973, como o artesão do "milagre brasileiro", e acusado recentemente de estar envolvido num escândalo de corrupção na França, Delfim foi um dos temas mais atraentes da noite, para a assembleia.

Um dos operários que discursou, membro da comissão de salário e parti-



cipante da Oposição Sindical, sem rodeios acadêmicos, usou o microfone para chamar Delfim de "ladrão": "esse elemento não passa de um corrupto que foi para a França roubar o dinheiro do povo brasileiro lá. Nem vestido de saia ele consegue enganar a classe operária". Garantiu o metalúrgico, cada vez mais veemente e animado pelo delírio que tomava conta da imensa assembleia. Medindo as consequências do que acabou de falar inclusive um palavrão, ele prosseguiu sem deixar por menos: "posso até ser preso, mas direi ao delegado que o Delfim é um safado".

Esse discurso foi ainda apimentado pelo Joaquim, que ironizou ao indagar da razão da referência às saias: "você não quis dizer que ele é bicha, não é?", brincou o presidente, redobrando a gargalhada do plenário.

Ao lado dos "70% ou greve", a palavra de ordem mais repetida foi a estabilidade para as comissões de fábrica: "o patrão dá 70% hoje e pode retirar

amanhã, anulando a conquista e explorando ainda mais, mandando os companheiros para a rua, porisso é preciso garantia para a existência das comissões nas empresas".

Cândido Hilário, que encabeçou a chapa 2 nas últimas eleições do sindicato, sustentou o ponto de vista de que "nenhuma fábrica devia negociar em separado com os patrões". Citou o exemplo da firma Cartepillar, que já estaria fazendo gestões junto aos empregados para um acordo salarial fora da Convenção Coletiva que está sendo negociada diretamente na Fiesp. Segundo Hilário, "essa é a tática militar de dividir os operários em pequenos blocos, para diminuir sua força". Um empregado da Caterpillar, da comissão de empresa lá existente, reivindicou que o assunto fosse votado, para que não ficasse apenas como recomendação. O plenário deliberou então que nenhuma fábrica vai negociar separadamente.

Derrota de Joaquim na votação

Depois de insistentes pressões, a Oposição Sindical conseguiu amarrar dois aspectos fundamentais para o prosseguimento da campanha salarial. O primeiro diz respeito à autonomia da Comissão de Salários e da diretoria nas negociações que estão sendo efetuadas com os empresários. O princípio defendido era o de que todas as decisões passassem pelo crivo das grandes assembleias, única maneira de evitar conciliações desfavoráveis à categoria. O ponto de vista de Joaquim era diferente, isto é, a Comissão de Salário e a diretoria deveriam gozar de autoridade para estabelecer as negociações. Mas teve que levar o impasse à votação e sofreu mais uma derrota, desta vez muito acatada: de todo o plenário, não chegou a uma dúzia o número de adeptos da sua opinião. Ao passo que a orientação da Oposição Sindical conseguiu a

simpatia visível de praticamente todo o auditório. A segunda refere-se ao local das próximas assembleias, já que diversas vezes constatou-se que o pequeno tamanho daquele auditório era um fator de desmobilização da categoria, ao obrigar centenas de metalúrgicos a ficar do lado de fora, sem direito à palavra e ao voto. Joaquim comprometeu-se a buscar alternativas para solucionar a situação.

Em Osasco, rejeição às esmolos

O tempo esteve quente também em Osasco naquela noite conforme constatou a repórter Antonina Silveira, de *Em Tempo*. As duas primeiras assembleias da campanha salarial tiveram uma baixa afluência de metalúrgicos: cerca de 200 em cada. Mas agora, com a proximidade do desfecho da campanha e particularmente com o episódio da demissão e prisão do caldeireiro Zé Pedro, um dos líderes da Oposição Sindical, quase mil operários foram à sede da entidade lutar pelos 74% de aumento, de acordo com o índice fornecido pelo Dieese sobre a perda do poder aquisitivo de um ano para cá. Em todos os discursos, a solidariedade a Zé Pedro esteve presente, bem como a denúncia da repressão ostensiva aos operários da empresa Brown Boveri, que tentaram fazer greve para protestar contra a demissão.

Henos Amorina, o presidente do sindicato, também comunicou que já havia rejeitado a oferta dos patrões. "Tivemos vergonha de trazer a vocês proposta tão humilhante: O trabalhador não aceita esmola, ele que por um preço no seu trabalho. Com as máquinas paradas é mais fácil".

Havia unanimidade em torno da ideia de que não se devia recuar na reivindicação dos 74%, com a alternativa de ir à greve, caso não fosse aceita. Frisou-se muito a necessidade de organização no interior das fábricas, do que depende o sucesso das paralisações.

O tom destoante ficou por conta de um associado do sindicato de nome Pérciles que teve ousadia de declarar: "não há ditadura no país, se houvesse não estávamos aqui, nem poderíamos ir junto aos empresários discutir com eles". Depois de condenar "movimentos isolados como o da Brown Boveri", retirou-se debaixo de vaivas. E pouco depois, ao tentar voltar ao auditório, foi forçado a recuar, tal a intensidade dos apupos. Sem dúvida, um momento de relax na assembleia de Osasco...

(Flaminio Fantini)

O QUE OS OPERÁRIOS
ESPERAM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL?

Hoje, estudante. Amanhã, patrão?

Prossegue a publicação dos depoimentos de participantes do movimento operário sobre o movimento estudantil (M.E.).
Praticamente todos os entrevistados revelaram uma preocupação pouco presente, em geral, nos debates dos universitários:

“em princípio, o operário não vê o estudante com desconfiança.

Mas passa a olhar o cara de esquelito depois que ele se forma,
porque ele vai pra dentro da fábrica e toma a posição do patrão

Não é uma antipatia gratuita”, conforme afirmou o ex-líder sindical Dazinho.



Dazinho, da mina.

“Acho que os operários e o M.E. podem andar defendendo as mesmas coisas, mas separados” opina José Gomes Pimenta, o Dazinho, sindicalista que veio da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, cidade vizinha de Belo Horizonte. Ele foi deputado até ser cassado após o golpe de 64.

* No meu tempo de militância no movimento operário, eu percebia que nós, os trabalhadores, gostávamos muito do M.E. e achávamos que ele era de grande importância para todos, porque ele representa a participação dos jovens no processo político. As reivindicações dos estudantes, não só as particulares a favor deles, mas as reivindicações políticas que eles faziam a favor do povo todo eram muito importantes. Nós achávamos isso importante e apoiávamos o M.E.

● Em 1964, a repressão foi muito mais aguda em cima da classe operária porque é uma classe de maior número de pessoas, que faz a produção, e que se resolve tomar posições conscientes e esclarecidas para defender os seus direitos ela tem condições de fazer valer esses direitos. Então é por isso que a perseguição é maior sobre a classe operária. Além disso, na classe operária não tem ninguém que pertença à burguesia e nenhum operário tem apadrinhamento para ser tira do da mão da repressão. Com isso eu quero dizer que os estudantes não são firmes. Mas a intensidade da repressão é maior sobre a classe operária.

● Naquela época, a UNE cumpriu um papel muito importante na vida estudantil. Era um pessoal combativo, lutador, e que estava sendo a favor de todas as lutas populares, não apenas operárias. A UNE denunciava todas as decisões antinacionais que existiam naquele tempo também. Era a favor do minério ficar aqui, era contra os trusts. Claro que eu acho que os estudantes não têm no movimento deles uma consequência integral. Mas enquanto são estudantes têm muitos pontos positivos. Logo que se formam

perdem aquela combatividade e partem para defender os seus problemas particulares e de sua profissão. Claro que tem honrosas exceções. Só a classe operária não tem possibilidade de ascensão. O operário é operário desde que nasce até quando morre. Quando ele começa na luta, toma pulso na luta, ele não tem jeito de sair dela porque não tem o que defender, a não ser a necessidade de se manter vivo. Então ele tem que lutar sempre.

● Em princípio, o operário não vê o estudante com desconfiança. Ele não pensa isso do estudante quando ainda é estudante. Mas passa a olhar o cara de esquelito depois que ele se forma. Porque ele vai para dentro da fábrica e toma a posição do patrão. Dai é que o trabalhador começa a olhar com desconfiança. Não é uma antipatia gratuita. Ele assume posições para tornar o operário desconfiado dele. Você nunca vê, por exemplo, numa diretoria de sindicato onde tenha um sujeito de escalão superior e de salário superior dentro da firma, porque esses são de acordo com a firma. E na maioria das vezes não são nem sócios do sindicato.

● Acho que os operários e o M.E. podem andar defendendo as mesmas coisas, mas separados. A luta da classe operária tem a necessidade de manutenção sua e de sua família. Então é uma luta de consistência, de vivência. A luta do estudante é mais por um ideal de juventude. E ele pode até ir adiante. Os exemplos que nós temos mostram que não há essa continuidade na luta dos estudantes por seus ideais.

● A pergunta é se o M.E. deve propor ou aplicar suas formas de luta ou

de organização ao restante do movimento popular? Deve haver nesse caso um acordo prévio. Do contrário, os movimentos populares podem ser prejudicados. Com uma repressão, por exemplo. As formas de luta dos estudantes são válidas também. Mas os direitos de quem organiza os movimentos e manifestações devem ser respeitados. Quando for uma luta inteiramente política, caso em que os operários e os estudantes estão vivendo a mesma coisa, é importante o acordo prévio. Por exemplo: a UNE vai ser reorganizada. Acho que os estudantes devem ter esse direito e fizeram o movimento que eles acharam necessário, não só lutando por suas reivindicações, como a favor de toda a nação. Mas não são os operários que vão dizer aos estudantes como eles vão reorganizar a UNE.

● Já num partido político é completamente diferente. A participação dos estudantes deve ser igual a de qualquer outro setor ou facção. É claro que num partido eminentemente popular a direção não poderia ficar na mão dos estudantes ou de políticos tradicionais que defendem os interesses da burguesia. Pode ser que a direção esteja nas mãos de pessoas que estejam identificadas com os problemas populares, pessoas que tenham provado que estão de acordo com esses interesses. Se eu dissesse que um partido popular devesse ficar só com a direção de operários talvez eu tivesse cometendo um erro. Porém, é importante que as bases estejam realmente participando e vivendo o momento histórico desse partido. Do contrário ele não seria um partido popular.

João Paulo, de Monlevade.

“Acho importante a presença dos estudantes nas assembleias do sindicato, para poderem sentir de perto a realidade do movimento operário e o papel que terão depois, já como profissionais”. É um dos pontos de vista de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidentes do Sindicato de João Monlevade, Minas e atualmente representante da entidade junto à Federação dos Metalúrgicos.

● Acho que unir os dois movimentos, o operário e o estudantil, embora eles tenham o mesmo objetivo, diante da nossa realidade social, é impróprio. Em primeiro lugar devido ao regime que está aí. Em segundo, porque os estudantes pouco conhecem do movimento operário não estão sintonizados e não se identificam com ele.

● Como o regime interfere na capacidade dos estudantes perceberem melhor o movimento operário? O estudante, dentro do sistema capitalista, é formado com as aspirações que o colocam mais dentro do conjunto da pequena burguesia. Ele é preparado para ocupar cargos dentro da hierarquia empresarial, com nítidas atribuições de pressionar os níveis hierárquicos inferiores, utilizando todos os instrumentos ilegais concedidos à empresa com essa finalidade. Além do mais, a universidade não dá ao jovem um pensamento digamos humanista que permita a ele uma real percepção das condições de trabalho. Em face do sistema atual, o M.E., como o conjunto das oposições, não tem condições de agir de forma mais direta com o movimento operário.

Agora, desde que as pessoas que estão envolvidas no M.E. não estejam, transitoriamente engajadas, elas podem subsidiar a nossa luta, fazendo o que nós estamos fazendo: lutar pelo retorno ao Estado de Direito, pelas liberdades democráticas, contra a censura, contra as torturas, pela extinção dos órgãos de informação a serviço do poder, pela Constituinte, anistia ampla e irrestrita. Isso no âmbito da militância política deles. Para mim, quando não apenas os estudantes, mas quaisquer outros segmentos de oposição da sociedade, estiverem atuando juntos, eu acho que nós já estaremos num estágio mais avançado de luta. De qualquer forma, eu penso que no contexto que aí está, são poucos os que estão em condições de atuar pela transformação da sociedade, eles teriam que mudar muito a mentalidade deles, muito em função da própria condição da sua classe de origem. Acho até importante a presença dos estudantes nas assembleias do sindicato, para poderem sentir de perto a realidade do movimento operário e o papel que terão depois, já como profissionais. O que o estudante

não pode é querer entrar no sindicato para se propor a resolver os problemas do sindicato. Aí não dá.

● Tudo aquilo que interessa ao movimento operário, como o direito de greve e o fim do arrocho salarial, interessa também ao M.E. A luta contra a carestia, por exemplo, toca todo mundo que vive aí; e na universidade tem gente que sente na pele os mesmos problemas que nós. Todos têm que assumir estas lutas. O M.E. como força organizada é muito válido. Mesmo suas lutas específicas abrem espaço também para o movimento operário. No entanto, a luta maior que nos subsidia, é a luta pelas liberdades democráticas. É a que avança no sentido de uma abertura maior do espaço político.

● Você pergunta minha opinião sobre a radicalização que vem ocorrendo no M.E. no rumo da conquista do espaço político. Isso nos todos tempos que fazer - os sindicatos ficarem nesse obreirismo não dá mais. Qualquer conquista de espaço, vinda de qualquer segmento da sociedade nos é importante.

Olívio, o bancário.

“Nós nos rejeitamos a ser massa de manobra. O destino dos trabalhadores é tarefa exclusiva deles mesmos”, argumenta Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

● Temos algumas experiências com o movimento estudantil, que não são boas. A categoria dos bancários é constituída em grande parte (46%) por estudantes, que na verdade se consideram um estudante que trabalha, e não um trabalhador que estuda. Então se desvincula dos problemas da categoria, pois vêem uma situação passageira, o sonho deles é sair do banco. Por outro lado tem os que se transportam do Diretório Acadêmico para o sindicato e querem implementar aí nas organizações dos trabalhadores aquela atuação que cabe na universidade, mas que não encontra ressonância no meio bancário - ao contrário, até acirra ânimos, pelo sectarismo das posições e vanguardismo das colocações. Temos tido também experiências de receber convites para participar de atos públicos, quando os estudantes nos chegam e colocam a necessidade de ir até lá. Mas é sempre coisa de ser levado à reboque, não participamos das deliberações preliminares - quando o movimento está por eclodir me parece que os estudantes gostariam de ter caudatariamente os trabalhadores aderindo a este tipo de atuação. Nos rejeitamos a ser

massa de manobra. Mais importante para o trabalhador é a luta no local de trabalho, onde é explorado diretamente. O destino dos trabalhadores é tarefa exclusiva deles mesmos.

● O estudante enquanto tal não se define como classe social. Mas ele tem um potencial negável - na escola, por mais que seja fechada, sempre terá a oportunidade de discutir alguma coisa sobre o país, que chega através de livros ou outras informações. Agora, entender-se como a cunha abridora de caminhos é discutível. A participação dos estudantes no progresso da história, sem dúvida, está aí registrada, mas nunca foi exclusivamente por eles que a sociedade avançou. Sempre o M.E. era reflexo também da movimentação de outros segmentos sociais de outras categorias. Todos estes segmentos organizados e mobilizados é que poderão realmente abrir, no caso brasileiro, a sociedade no rumo da democracia.

● Os estudantes tem veículos específicos de atuação e os trabalhadores também, que são as organizações por locais de trabalho, as comissões criadas dentro das fábricas, em torno ou fora dos sin-

dicatos, e os próprios sindicatos. Estes instrumentos diferentes implicam em atuação diferente - não é o estudante que vai mecanicamente transportar para o operário a necessidade de se movimentar. Se este não está organizado de alguma forma, é por outras razões, e não porque o estudante ainda não chegou até ele. A organização no seio do trabalhador é mais lenta porque é sedimentada em interesses específicos, em interesses de classe. Há muita pressão nas lutas propostas pelos estudantes, enquanto que na dos trabalhadores, sempre se privilegia a situação concreta.

● Não concordo com o paraquedismo, isto é, uma liderança formada no meio estudantil para ir atuar no meio operário. É uma liderança deslocada. O meio operário tem suas especificidades e me parece que a História já mostrou suficientemente que este tipo de experiência, companheiros que de repente se deslocavam da universidade para o campo ou fábrica com a ilusão de transformar o operário, e acabaram não dando a contribuição que poderiam dar, caso tivessem ido para lá aprender e não ensinar.

Maurício, do gás.

“Cito um caso específico: o que os estudantes podem fazer no reajuste que estamos pedindo à Companhia Estadual de Gás? Nada. Só no sentido mais amplo de conscientizar a classe operária, tomando posições, lutando por democracia, colocando esta reivindicação como uma espécie de alerta para o povo”. A declaração é de Maurício Rangel presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica e Produção de Gás do Rio de Janeiro.

● Vanguarda, o movimento estudantil sempre o foi. O estudante é mais liberto em termos de responsabilidade e isto o leva a se tornar com frequência uma vanguarda, tem mais o direito de se manifestar. Agora, substituir o movimento operário, não pode. Sempre que atinge os objetivos traçados e abre espaços políticos não são tão profundos como os conseguidos pelos movimentos dos trabalhadores, advogados e jornalistas.

● Você pergunta se o papel do movimento estudantil é formar quadros de militantes partidários que atuam posteriormente no movimento operário. Não sei se deve ser assim, mas na realidade acontece esse fenômeno. O estudante se liga a partidos políticos e depois, de acordo com palavras de ordem, a movimentos operários. Pelo menos em tese é o que se pretende. Só que não consigo constatar isto em relação ao meu sindicato. Se faço uma assembleia para discutir um aumento salarial de 20%, não vejo estudante nenhum na reunião; vejo operários. Enfim, como teoria acredito que ocorre esta proposição para o papel do estudante, que estes recebem ordem para atuar no movimento operário. E não acho errado, pois se um estudante está enquadrado num movimento partidário. Mas estamos longe de ver esta proposta concretizada. A tentativa dentro do sindicato de energia elétrica é mínima.

● Não vejo o movimento estudantil como força auxiliar. Todos os segmentos sociais devem se organizar e participar da luta pela democracia, mas que especificamente o movimento estudantil seja considerado força auxiliar, não há razão de ser. Se se quiser relacionar o movimento operário, devemos defini-lo como movimentos paralelos que caminham no mesmo sentido, com os mesmos objetivos, mas

com características absolutamente próprias.

● Quanto à ajuda que o movimento estudantil pode prestar ao movimento operário, primeiramente em minha opinião acredito que o estudante deve estudar. O problema crucial do operário é a falta de cultura. O estudante tem que ficar culto. Por outro lado, acho que o movimento estudantil deve existir, mas exatamente como deve se organizar, e que bandeiras deve levantar, é difícil para mim responder. Não sei exatamente com que o estudante sonha, em termos de romper com as censuras que o impedem, atualmente, de se manifestar. São problemas específicos da classe estudantil. Não acredito que possam auxiliar o movimento operário. Cada um tem seus próprios problemas. Um caso específico: o reajuste que estamos pedindo à Companhia Estadual de Gás. O que o estudante poderia fazer? Nada. Só no sentido mais amplo de conscientizar a classe operária, tomando posições, lutando por democracia, colocando esta reivindicação como uma espécie de alerta para o povo. Mas nenhum tipo de atuação dentro do movimento operário e vice-versa. Não posso incluir na minha pauta de reivindicações mais diretórias. A não ser exigir mais escolas, mais aí visando o benefício do próprio operário. Pelo M.E. creio que realmente não posso fazer nada. É a função dele seria no máximo divulgar bastante os problemas da classe operária, já que todo estudante mais tarde se incorporará à força de trabalho, senão como operário, sempre como trabalhador.

● A aproximação entre o M.E. e os operários está se dando de forma indireta, tenuemente, sem grande significação. Sobre como deveria ser a aproximação, depende do momento. Aceitaria um estudante nas assembleias

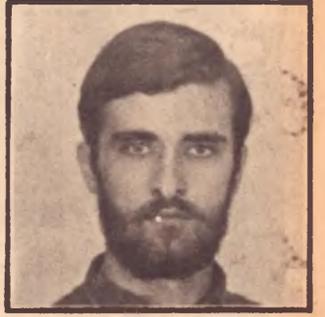
para assisti-las, mas não para participar. Uma mesa redonda com a presença dos estudantes, um contato cultural, seria benéfico para poder sentir como o estudante está vendo esta anti-república. O universitário deve acompanhar o movimento sindical, estudando, já que faz parte do contexto político atual do Brasil. Mas participar, volto a dizer, é muito difícil. O operário brasileiro, na sua maioria, tem um nível cultural baixo. Na hora em que for discutir um assunto que lhe diz respeito, com erros gramaticais e tudo, se vier um estudante com outro tipo de linguagem e reivindicações, haverá uma rejeição imediata. Pela maneira de ver o problema, senti-lo, pela própria linguagem. Um trabalhador que lidera o seu setor, sofreu o peso dos baixos salários e horas extras, no momento em que estiver falando para seus companheiros, se for interrompido por um estudante, cheio de teorias, irá rejeitá-lo completamente. Eu mesmo, que era apenas um trabalhador de nível médio, tive dificuldades para ser aceito pela categoria.

● Ainda existe também com relação ao estudante um dado de inibição. O operário pode optar por calar a boca devido a um complexo de inferioridade. Logo, é praticamente inviável uma participação estudantil no movimento operário, além do que o trabalhador, por tradição, entende que o líder sindical tem que ser um trabalhador. E a mesma distância que existe entre os políticos e os trabalhadores. O operário pode prometer o voto e depois não cumprir com a promessa. Se votar, não é porque o político seja o líder dele, mas porque é obrigado a votar. E sempre com desconfiança de que o tal político não vai trabalhar pelos seus interesses. Agora, felizmente, já começam a surgir políticos que saíram da classe trabalhadora.

José Carlos Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda:

PRISÃO, TORTURA, MORTE.

Entre setembro e outubro de 1973, dezenas de pessoas foram presas, torturadas e "desaparecidas" em vários pontos do país sob a acusação de pertencerem à Ação Popular Marxista Leninista - APML Dos "desaparecidos", a repressão só admitiu publicamente a morte de dois: José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo de Lacerda, ambos mineiros, o primeiro preso em São Paulo e o último na Bahia. A seguir, depoimentos de familiares de José Carlos e Gildo, os quais - na busca do máximo esclarecimento dos fatos - têm duras denúncias a fazer.



Zé Carlos

"Estes não precisam mais de Anistia". É o título do boletim de convocação para o lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Minas Gerais, no último dia 26. Entre as fotos que ilustravam a convocatória, as de José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo de Lacerda. Em homenagem aos dois ex-militantes do movimento estudantil em Belo Horizonte, foi escolhida a data para a instalação do CBA em Minas, uma vez que no dia 28 de outubro completaram-se cinco anos de seus assassinatos em Recife.

Em depoimento exclusivo a EM TEMPO, o ex-deputado Edgar da Mata Machado, cassado em 1968 por força do AI-5, denuncia as trágicas circunstâncias da morte de José Carlos. Lembra, ainda, aspectos que considera importantes na formação política do filho, bem como as tentativas frustradas junto às autoridades militares, no sentido de se chegar aos responsáveis pelo seu assassinato. (Depoimento a Giselle Nogueira).

"É evidente que para mim nunca é muito fácil falar a respeito do José Carlos, principalmente agora quando fazem cinco anos da morte dele. Eu tentarei colocar aqui os acontecimentos que precederam a sua morte e finalmente a notícia dela, além das diversas medidas de ordem jurídica que nós tivemos ocasião de tomar. Na verdade nós o supúnhamos preso em Belo Horizonte. Chegamos até a levar objetos, roupas, livros, para ele no 12 RI (hoje é o 10º Regimento). Eles recebiam aquilo e ele nem estava aqui. Estava em Recife. Foi preso em São Paulo, passou na Bahia, onde os que o levavam apanharam o Gildo e os dois foram eliminados em Recife.

Tanto quanto a gente pode saber de alguma coisa, hoje, nas circunstâncias atuais do Brasil, ele deve ter morrido no próprio ato da tortura. Antes, vindo do Norte, de Fortaleza, ele esteve um pouco no Rio e depois foi a São Paulo. Lá esteve com um colega meu da Câmara, que foi cassado também, o Hélio Navarro, que na época estava noivo de uma médica. Ela então examinou o Zé Carlos, porque o achou muito desnutrido (no Norte, ele havia feito uma opção rigorosa de vida de pobreza, e morava realmente numa área extremamente pobre, em Fortaleza). Pois bem, essa médica o achou muito desnutrido e ele então pediu ao Hélio, que era advogado, o seguinte: "Eu vou deixar com você uma procuração, porque se me apanharem em São Paulo, você poderá tomar alguma providência de ordem jurídica. Porque a impressão que eu tenho é que eles vão querer arrancar de mim informações que eu nunca darei." E tudo o quanto nós conseguimos apurar depois nos leva à convicção de que, apesar da

história contada, que não é absolutamente verdadeira, ele deve ter morrido mesmo durante o processo de tortura. No Colégio Estadual, em Belo Horizonte, o Zé Carlos começou a sua atividade política, muito jovem ainda. Uma atividade já na linha da contestação, na linha sobretudo de preocupação de libertação.

"Eu tive dois líderes políticos. Um deles foi o Zé Carlos."

Ao entrar para a Faculdade de Direito, em 64, ele juntamente com um grupo de colegas, criou um organismo chamado GAT-64 - Grupo de Alunos da Turma de 64. Esse pequeno organismo durou todo o tempo em que ele frequentou a escola. Vários de seus componentes participaram da diretoria do Centro Acadêmico, terminando por ele, que foi o presidente do CAAP (Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito) em 1967. Paralelamente ele fazia o trabalho fora da Faculdade, junto a outras escolas da UFMG.

Eu costumava falar que tive dois líderes políticos na minha vida. Um deles foi Milton Campos, e o outro foi o Zé Carlos. Ele tinha para mim uma importância muito grande. Os que o conheceram sabem que ele tinha o gosto da análise política. A gente podia até discordar, mas ele tinha esse gosto. Era um observador extremamente atento da realidade política do país. Todas as vezes que podia me encontrar com ele eu me enriquecia. Enriquecia de informações. Os nossos encontros tinham que ser feitos

com certa discrição, pois ele era processado, condenado, cumpria pena. Ao mesmo tempo que ocorria com ele isso, depois do "golpe de 68", com o AI 5, eu perdi o meu mandato de deputado. Em seguida fui demitido da Faculdade de Direito da Universidade Federal e um ano depois da Universidade Católica. De maneira que os nossos encontros eram esporádicos e sempre feitos com muita cautela, porque éramos os dois, de uma certa forma, comprometidos, impedidos de trocar idéias.

Bom, então nossas conversas eram muito mais de natureza política. Menos de natureza doutrinária, porque o Zé Carlos via no marxismo muito menos uma linha rigorosa, do que, principalmente, um instrumento de análise. E nesse ponto nós estávamos inteiramente de acordo. As minhas opções cristãs não impedem, de forma alguma, de me utilizar de certas técnicas de análise, que são técnicas de análise incorporadas à cultura já há 100 anos. Daqui a 3 anos vamos já comemorar o centenário da morte de Marx.

"A notícia saiu nos jornais. Ele tinha morrido".

O Zé percebeu a eminência da prisão dele, quando foi para a casa de uma de minhas filhas que morava no Rio de Janeiro. Ele desceu do Norte, perseguido, e foi para o Rio. Uma certa manhã, minha filha estava muito ocupada, e tinha que fazer feira. Ele então se ofereceu para fazer isso para ela. Foi lá que percebeu que estava sendo seguido. Comprou algumas coisas e desapareceu. Foi para Casa de um amigomeu e esse ami-

go o levou para São Paulo. De lá é que nós recebemos o apelo para ir buscá-lo. Quando José Carlos manifestou a vontade de vir aqui, em Belo Horizonte, eu fiz a coisa que pareceu mais simples. Dois genros meus foram a São Paulo buscá-lo. A gente já sabia quais as ligações que eles teriam que fazer lá. Junto foi também um amigo da família.

Eles foram num dia para voltar no outro, e quando nós chegamos nós ficamos naquela inquietação, naquela angústia, até que soubemos que tinham sido presos, na saída de São Paulo. Os três que tinham ido buscá-lo e o José Carlos. Foram todos levados para o mesmo presidio, que eles não sabem qual. Certamente para a OBAN. Uma organização "deles", mantidas pelas classes produtoras, não?

Bem, nós então tivemos notícias da vinda deles para cá. A esposa desse amigo nosso, que nada tinha com a história, conseguiu saber onde o marido estava preso, através do filho, que por coincidência, estava fazendo o serviço militar. Ele viu o pai lá. Dai concluímos que estavam todos lá. E realmente os três estavam no 10º Batalhão, aqui em Belo Horizonte.

Ficamos preocupados em abastecer os dois genros, levando material. E a Yeda, minha senhora, levando também coisas para o Zé Carlos. Eles recebiam o material dele com a maior tranquilidade de como se ele estivesse lá. Quando foram libertados (os genros e o amigo) é que nós soubemos que Zé Carlos não tinha vindo de São Paulo. Dois dias depois nós tivemos a notícia... Tivemos, não. A notícia saiu nos jornais. Ele tinha morrido.

Eu e minha senhora soubemos na porta da Igreja de Lourde, onde nós fomos ser padrinhos de casamento de um antigo colega dele. Meu irmão tinha ouvido pelo rádio, foi até a igreja e nos avisou, ali, na porta da Igreja. Nós não tivemos condições de entrar. A um outro amigo nós pedimos: "Vá lá e avise ao noivo que nós não iremos, pois acabamos de receber uma notícia terrível a respeito do José Carlos". E impressionou muito toda a assistência, porque foi um noivo que se casou o tempo todo chorando. Ele era tão amigo do Zé Carlos.

Eu gostaria também de falar das providências que pude tomar, quando tive a notícia. E preciso dizer que ele foi executado no dia 28 de outubro, de 1973, e a notícia nos chegou no dia 31 de outubro. Como já disse eles não nos avisaram. Ela nos chegou com os jornais.

Usava-se na época dar a seguinte notícia, quando eles eliminavam alguém: "a pessoa foi presa por exercer atividades contrárias à Lei de Segurança Nacional, etc. No decorrer do processo manifestou a vontade de se encontrar com um colega e determinado lugar e tal. Ao se encontrar com o colega ele reagiu, ou houve um tiroteio, e nesse tiroteio ele morreu". Olha, depois disso, eles só deram mais uma notícia nesse estilo, dentro desse esquema. Foi quando noticiaram o caso da eliminação de um outro estudante mineiro, preso em Ouro Preto. O Elcio Pereira Fortes.

O esquema era rigorosamente o mesmo. Havia um encontro, nesse encontro um tiroteio, e nesse tiroteio a morte. Depois disso eles mudaram o esquema. Ou silenciavam sobre a morte, ou mudaram a técnica de matar. O fato é que eu atribuo isso um pouco à reação, ou melhor, à repercussão que teve a morte do José Carlos.

Seria muito longo publicar os documentos, mas as coisas que eu fui fazendo foram as seguintes: Em primeiro lugar requei ao secretário de segurança pública a devolução do corpo. Para isso dois irmãos meus foram a Recife, levar o requerimento. E apesar da lentidão com que as coisas se fizeram, nós conseguimos que o corpo dele fosse retirado de uma vala comum, na qual ele foi jogado com o Gildo. Eu consegui também, que um médico fizesse um exame. Mandamos todos os elementos necessários de forma que o corpo dele foi identificado. No dia 15 de novembro (ele foi executado no dia 28 de outubro) nós recebemos aqui o corpo e aqui o enterramos.

"Eu sei que a publicação irritou o esquema militar dominante."

Ao mesmo tempo eu me dirigia ao Ministro da Justiça, que era, como ainda é, do ponto de vista do cargo, o presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Eu pedi que se

apurasse, porque houve uma violação flagrante de toda a espécie de direitos do homem. Nesse requerimento eu lembrava um preceito muito conhecido, do Código Penal Militar, o artigo 241, que determina: "Impõe-se à autoridade responsável a custódia e o respeito à integridade física e moral da pessoa detida". Então ele tinha que me dar alguma explicação. Tanto quanto eu sei (esse requerimento foi feito no dia 6 de novembro, de 1973) eu acho que o Conselho nunca mais se reuniu: Eu tive notícia de uma reunião que coincidiu com o aniversário do então presidente Médico. Nesse dia o Conselho se reuniu e cantou o parabéns para ele. Mas desse meu requerimento parece que nunca tomaram conhecimento.

Ao lado desse requerimento eu me dirigi ao procurador geral da Justiça Militar e de acordo com a lei, pedi a instauração de inquérito. Isso eu fiz no dia 9 de novembro, e foi também levado pessoalmente. Em relação a essa providência eu devo dizer que o Procurador recebeu, levou o requerimento ao Superior Tribunal Militar. O STM determinou a apuração da morte dele e mandou ao 4º Exército em Recife. Esse expediente não teve andamento até hoje. Cinco anos.

Passando agora os olhos nesses documentos eu quero acusar também o seguinte: na notícia da morte do Zé Carlos, se dizia que ele teria sido morto por um cidadão chamado Antônio. Quem é esse Antônio? Cinco anos se passaram, dois governos se passaram, e durante esse tempo todo não se sabe quem é esse Antônio. O fato é que nunca se conseguiu esclarecer quem é essa pessoa, que figura no noticiário deles, na notícia que eles deram.

O documento ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Militar foram lidos na Câmara dos Deputados, pelo então líder do MDB, Aldo Fagundes, e pelo líder do Senado Nelson Carneiro. Então não puderam mais ser ignorados. Daí a repercussão que teve a morte do Zé Carlos, e que foi bem assinalada. Por exemplo, eu recebi imediatamente o telefonema de um representante, aqui, do New York Times, que publicou a notícia de uma maneira muito viva. E essa publicação, que eu sei, irritou terrivelmente ao esquema militar dominante, pois foi publicada na mesma página em que havia a notícia da reunião da Assembléia Geral da ONU. No dia dessa reunião haveria também uma reunião do Comitê, que era encarregado da defesa dos Direitos Humanos.

"Dois militantes de esquerda no Brasil, detidos pela polícia, são mortos em condições suspeitas". Com esse título o "Le Monde" também publicou uma reportagem. O representante me telefonou e eu dei a ele todas as informações. Uma outra informação fora do país, foi no "Avenue", da Itália.

Continua nas páginas 6 e 7

an law pro- announcement. member of The leader, identified only as openly Antonio, sensed something was government wrong and opened fire on his position p- tion p- mentation and companions, accusing them of, prived q- investigation and treason, the announcement con- sisted. A shootout that ensued, re- a writer of French authority on the way to the hospital. Two against "Eu sei que a publicação irritou o esquema militar dominante." He has and an c- determin

ANISTIA, UM PASSO ADIANTE.

De 1º a 4 de novembro, as entidades pró-Anistia de todo Brasil se reúnem em São Paulo no seu I Congresso Nacional.

Um salto de qualidade na luta pela anistia. É o que se espera do I Congresso pela Anistia a ser realizado nos próximos dias 1 a 4 de novembro, em São Paulo. De fato, o encontro será uma espécie de coroamento dos avanços dados pelos diversos movimentos pró-anistia, que hoje já são mais de 20 no Brasil. O Congresso foi antecedido de alguns encontros, entre os quais o de Salvador, em setembro, onde, de certa maneira, já foram traçados os grandes rumos da luta pela anistia.

Estes avanços se refletem sobretudo na quase superação da definição do tipo de anistia que os movimentos reivindicam, se ampla ou restrita, e se deve ser estendida aos torturadores e responsáveis por assassinatos políticos: Tal dilema já foi resolvido pelo encontro de Salvador, quando os 20 núcleos presentes aprovaram uma carta na qual se colocaram claramente por uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Assim, os grandes avanços que o encontro de São Paulo dará, não estarão voltados tanto para o conteúdo geral da luta - etapa que até certo ponto já foi superada - mas no aprofundamento da bandeira da anistia, procurando criar condições para que surja um movimento massivo em torno desta bandeira. Os diversos núcleos de anistia não ignoram que ainda existem personalidades e segmentos que defendem uma anistia recíproca, mas, como já deixaram claro na "Carta de Salvador", pretendem polemizar com estes segmentos, mostrando que não tem sentido defender a anistia "também para os torturadores".

Definição Em grande medida, esta maior definição dos núcleos pró-anistia teve como

um de seus marcos a Carta de Princípio aprovada pelo CBA de São Paulo, em junho do corrente ano, que além de se definir claramente por uma anistia ampla e irrestrita, definiu como princípios, lutar pela liberdade de expressão, liberdade de greve, sindical e partidária. O CBA - SP não só, com a sua Carta, vinculava assim a questão da anistia à luta geral pelas liberdades democráticas e pelo fim do regime autoritário, como definia também um programa mínimo para a luta pela anistia, levantando questões como o retorno dos exilados, o fim das torturas e de todos os aparatos repressivos, a libertação dos presos políticos e o retorno dos direitos de todos que foram cassados e banidos.

Durante este ano, os avanços não se limitaram apenas no plano da definição dos rumos, também em termos orgânicos e de mobilização de novos setores em torno da questão da anistia. Além do surgimento do CBA de São Paulo, que congrega mais de 35 entidades, foram formados CBAs entre outros Estados, como em Brasília, Bahia e agora em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, o Movimento Feminino pela Anistia também se fortaleceu e se expandiu.

É tendo estas vitórias como saldo que vai se realizar o Congresso, na busca de um novo patamar com vistas a novos sucessos. Este novo patamar vai se materializar numa maior unificação dos diversos núcleos na sua prática concreta, devendo, inclusive, criar instrumentos orgânicos para tal. Ao lado disto, o Congresso definirá diretrizes concretas para se enfrentar questões como a dos "desaparecidos", o retorno dos cientistas cassados às universidades, a libertação dos presos e a volta dos exilados.



Qualquer punição sob mordaza é punição que não pode subsistir

"Qualquer punição que tenha sido aplicada sem defesa ou com a defesa amordaçada é uma punição que não pode subsistir, independentemente de crime ou da convicção íntima da culpabilidade" (José Carlos Dias).

José Carlos Dias, advogado criminal, defensor de centenas de presos políticos em São Paulo, ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - assumiu há um mês o cargo de presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em substituição a Dalmiro Dallari. Aqui, José Carlos Dias fala sobre o que sua entidade pretende levar ao I Congresso Nacional pela Anistia. (Entrevista a Danilo Silva)

Qual será a proposta que você vai levar ao Congresso Nacional pela Anistia? - Neste Congresso vamos lançar uma campanha nacional contra o projeto da nova Lei de Segurança Nacional.

Qual é a razão desta campanha contrária à nova Lei de Segurança Nacional? - De fato, ela tem algumas vantagens, diminui penas altas, etc. Contudo, traz um número bem maior de prejuízos. Posso dizer que ela é pior que a lei que, atualmente, vigora no país. De início, ela estende a punição aos menores, a partir de 16 anos e aumenta algumas penas mínimas. É um projeto, da mesma forma que a lei atual, lastreado nos princípios ideológicos da Escola Su-

perior de Guerra, princípios que dão margem a várias ditaduras latino-americanas, originários do marcartismo.

Esclareça melhor, por favor. - Por exemplo, os conceitos de Guerra Revolucionária e Guerra Psicológica adversa são dogmas para os ideólogos do nosso regime. São conceitos vagos e impreciso para que neles caibam quaisquer conveniências favoráveis aos donos do poder.

É a anistia? Como ficará com a nova Lei de Segurança? - Este projeto tem como objetivo esvaziar a campanha pela anistia. Diminui os tetos das penas, tornando-as, aparentemente, menos escandalosas. Na realidade, o projeto é o próprio reconhecimento que as penas são muito altas e que é mais do que legítima a luta por uma anistia.

Como a Comissão de Justiça e Paz tem se manifestado em relação à anistia? - A Comissão de Justiça e Paz tem se manifestado sempre favoravelmente à anistia. Pode haver divergências quanto ao posicionamento de um ou outro membro quanto à sua extensão,

restringindo-se apenas aos crimes políticos. De minha parte, em nome do Direito de Defesa, qualquer punição que tenha sido aplicada sem defesa ou com a defesa amordaçada é uma punição que não pode, de maneira alguma, subsistir, independente de crime ou da convicção íntima da culpabilidade.

É a "abertura"? - A abertura virá. Virá, apesar daqueles que detêm o poder e fazem reformas como a única maneira de sustentar em vida uma ditadura moribunda.

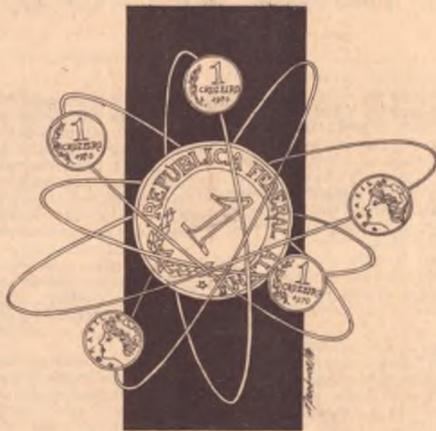
Como você analisa a ocupação da FIAT por forças repressivas, com evidente propósito de intimidar a classe operária?

- O incidente da FIAT demonstra que a nossa Segurança Nacional é mais uma segurança das multinacionais; é uma segurança que traz insegurança para o povo; que procura tranquilizar os donos do regime ou aqueles que se valem de suas vantagens.

É o aparelho repressivo? - Ele tem diminuído sem impeto em razão da pressão exercida pela opinião pública, pela conscientização de toda a sociedade civil, enfim, pela conscientização popular.

CPI: NEGOCIATA NUCLEAR.

Os pontos fundamentais da questão nuclear ainda não foram tocados. No setor, há quem defenda que a CPI que trata do assunto não deve se limitar à apuração de denúncias de corrupção, para atacar o próprio acordo Brasil-Alemanha. Mais uma bomba: os reatores vendidos ao Brasil saíram mais caros que os seus similares produzidos na Alemanha, pagando o Brasil por um sobrepreço da ordem de Cr\$ 6,2 bilhões.



Descontados os excessos e os desvios tanto dos parlamentares como dos deputados, não se pode afirmar, como se chegou a imaginar de início, que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada no Senado Federal para esclarecer as irregularidades na condução do Programa Nuclear Brasileiro, não tenha apresentado resultados positivos. (Entre os excessos e desvios incluíam-se a relação, pretendida por Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, entre energia nuclear e democracia; e a sugestão dos parlamentares opositoristas para que o Brasil fabricasse a bomba.)

Os pontos fundamentais da questão nuclear, entretanto, ainda não foram tocados. Por enquanto todas as baterias estão voltadas para as irregularidades do acordo Brasil/Alemanha. O esclarecimento das (muitas) dúvidas que envolveram as negociações é de importância capital. Mas as dúvidas sobre o acerto da política energética adotada pelo governo, tanto ou mais importantes, precisam ser igualmente esclareci-

das. Fontes do setor energético, ouvidas nas últimas semanas, são de opinião que a CPI não pode se limitar à apuração das denúncias de corrupção mas também deve questionar publicamente as justificativas oficiais para a assinatura do acordo e discutir se interessa ao País a implantação de um programa nuclear nas dimensões pretendidas pelo governo". (FSP - 22/10/78). Por enquanto, apenas Arnaldo Rodrigues Barbalho, presidente da Eletrobrás, admitiu que o Brasil poderia rever o número de usinas nucleares à base de urânio, "para ingressar na era dos reatores de fusão".

De qualquer maneira entre o que já se conseguiu apurar diretamente e o que foi investigado fora do âmbito parlamentar, a CPI reuniu informações relevantes sobre o acordo nuclear. As principais por enquanto são as seguintes:

1. O governo, como já havia denunciado a revista alemã "Der Spiegel", realmente não optou pela concorrência pública para a contratação da Construtora

Norberto Odebrecht, empresa na qual o ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, já participou da diretoria. O fato foi reconhecido terça-feira passada por Fernando Candeias ex-diretor técnico de Furnas. Na exposição de motivos, ele argumentou que se houvesse licitação pública, o número de empresas que iriam concorrer tornaria difícil a escolha". Explicação essa, aliás, inaceitável.

2. A mesma Odebrecht, de acordo com denúncia do senador Dirceu Cardoso feita na última segunda-feira, obteve, com o aval de Furnas, uma averbação de US\$ 25 milhões para treinamento e viagens de funcionários seus à Alemanha a fim de receberem assistência técnica para montagem de estacas e fundações nas usinas de Angra II e III. Primeira dúvida: a "notória experiência" da Odebrecht não poderia dispensar a assistência"? Segunda: o próprio Candeias, no dia seguinte, disse que se fosse caracterizado como uma "joint-

venture" (com a empresa alemã Hoch-tief), a participação alemã não seria apenas nos lucros mas também nas perdas e danos.

3. Os reatores vendidos ao Brasil saíram mais caros que outros equipamentos similares produzidos na Alemanha. De acordo com a Folha de São Paulo, que domingo último publicou um documento confidencial de Furnas, o sobrepreço é de Cr\$ 6,2 bilhões. De acordo com Licínio Seabra, presidente de Furnas, que reconheceu a autenticidade do documento, a diferença é de apenas Cr\$ 800 mil.

4. As condições de trabalho no canteiro de obras de Itorna são subumanas. A denúncia foi feita terça-feira passada na CPI e se baseou no "Relatório sobre a Situação Médico-Sanitária da Usina Nuclear de Angra dos Reis", de Furnas. Segundo o documento, entre outros exemplos, "em Itorna existem somente 8 vasos sanitários, dois mictórios e um lavatório para 4 mil operários na frente de trabalho."

O ACORDO BRASIL-ALEMANHA

"O Brasil está no papel de mecânico, que aprende a trocar as peças do carro mas nunca será capaz de construir um motor".

(José Zatz)

Pelo menos dois, dos vários objetivos que o governo brasileiro esperava alcançar com a assinatura do acordo nuclear, em 75, correm sérios riscos de não serem atingidos. E justamente os dois principais. Trata-se da transferência de tecnologia e da independência de combustível.

Antes da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, o Brasil recebeu propostas concretas de dois países exportadores de reatores: os Estados Unidos, de quem acabou adquirindo Angra-I, e a França. Em ambos os casos as negociações não foram adiantadas porque os exportadores se negavam a transferir a tecnologia nuclear, em geral, e a tecnologia do enriquecimento do urânio, em particular, devido ao alinhamento à política de não-proliferação nuclear.

Já a Alemanha, ao entrar atrasada na competição dos exportadores de energia nuclear, precisava acenar com novos atrativos, como a transferência da tecnologia do ciclo nuclear completo. Assim, o país, por uma necessidade essencialmente comercial, mostrava-se aberto. Assinou-se, então, o acordo.

Passados aproximadamente três anos da assinatura, o que existe de concreto em relação à transferência efetiva da tecnologia nuclear alemã? A resposta não foi obtida junto às autoridades

brasileiras - o que, de resto, não chega a ser novidade, quando se sabe que os tecnocratas nacionais não costumam mesmo dar satisfações à população "leiga" sobre assuntos "específicos".

Quem a conseguiu foi o físico brasileiro José Goldemberg, presidente da Sociedade Brasileira de Física, que, no início do mês passado esteve durante dez dias na Alemanha, como convidado oficial, para conhecer "in loco" as instalações das empresas que estão negociando com o Brasil. A resposta que trouxe: "não haverá transferência efetiva de tecnologia nuclear".

Papel do mecânico

O assunto, apesar de ser da maior gravidade, estranhamente, não se tornou objeto das críticas dos especialistas, dos parlamentares e nem mesmo da imprensa, que nas últimas semanas tem destinado grande espaço à cobertura do tema.

O professor Goldemberg, entretanto - ao conversar com seus alunos depois da viagem -, foi taxativo e não deixou margem a possíveis dúvidas: "não existe mesmo transferência de tecnologia". A explicação para o fato foi dada pelo próprio presidente da Kraftwerk Union (KWU), empresa alemã da qual o Brasil compra os reatores. Disse ele ao físico brasileiro, conforme publicou o Diário Comércio e Indústria de 29 de setembro último, que "a transferência de tecnologia se dará através do "training on job" (treinamento no trabalho). Nós representamos uma empresa comercial e não uma universidade e, por isso, a tecnologia a ser transferida será a do produto vendido".

Traduzindo: ao receber apenas essa tecnologia - a do produto e não a do processo nuclear -, o Brasil terá condições, no máximo, de reproduzir internamente reatores idênticos, mas seus técnicos não terão possibilidade de desenvolver outros tipos de reator. Em outras palavras, o Brasil continuará dependente do detentor da tecnologia para aperfeiçoar futuros reatores, cujas gerações se sucedem.

José Zatz, também professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, usou a imagem perfeita: "O Brasil está no papel do mecânico, que aprende a trocar as peças do carro mas nunca será capaz de construir um motor". Na verdade, o sistema "training on job" em pouco difere do "turnkey", também conhecido como "chaves na

mão", que não prevê a transferência de nenhuma tecnologia. Neste sistema não existe mecânico, apenas motorista.

Mas, os problemas com a transferência de tecnologia não param aí. Em alguns casos é necessário ainda que se prove a sua viabilidade econômica. E o que ocorre com o método de enriquecimento de urânio "jet Nozzle", ou jato centrífugo, do qual o Brasil passou a obter os direitos internacionais com a assinatura do acordo.

Em 75, as pesquisas desse processo - ao contrário do que se informava - estavam num estágio considerado infantil por físicos brasileiros. Atualmente, apesar de bem mais avançadas, ainda não conseguiram demonstrar a viabilidade econômica do processo. Para cada megawatt nuclear obtido é necessário investir 300 quilowatts hidrelétricos, na melhor das hipóteses, ou 500 quilowatts, na pior. Isso se o teste em uma usina experimental a ser realizado em 81 na Alemanha demonstrar na prática sua viabilidade técnica.

Opção nuclear

De qualquer maneira, mesmo que o processo venha a se tornar o mais conveniente, ainda resta um problema: o urânio. O reprocessamento não elimina o problema do combustível: apenas o atenua. Como lembra o físico Luis Pinguelli Rosa, diretor do Departamento de Física Teórica do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "cada reator típico contém cerca de 100 toneladas de combustível, sendo que 1/3 desse material tem que ser renovado anualmente".

Segundo o ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, o Brasil possui reservas de urânio da ordem de 66 mil toneladas. Revistas especializadas, entretanto, afirmam que elas não passam de 26 mil toneladas. Esteja a razão com quem estiver, o fato é que o Brasil, pelo menos por enquanto, não está na posição de país auto-suficiente - a menos que o ministro e seus assessores raciocinem em termos de curto prazo em

Ver "de fora", aliás, parece ser a única maneira da comunidade científica (para não falar da população como um todo) ver alguma coisa do Programa Nuclear Brasileiro.

relação a um projeto de bilhões de dólares. Não é gratuito, portanto, conjecturar que o país corre o risco de agravar sua dependência energética, já bastante elevada devido à importância de petróleo.

A dependência externa, porém, é apenas um dos problemas gerados pela opção nuclear. Outros, igualmente importantes, são a segurança e a proteção ao meio ambiente.

Nunca é demais lembrar os perigos da radiação nuclear. Uma estimativa da Fundação Ford/Mitre, citada pelo professor Pinguelli Rosa durante a XXX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, é bastante elucidativa. Afirma ela que "se houver o pior acidente nuclear, as consequências poderão ser as seguintes para uma população de 10 milhões, num raio de 100 quilômetros (um pouco menos do que Angra dos Reis dista de São Paulo e Rio de Janeiro, sem contar outras cidades bem mais próximas do Vale do Paraíba e da faixa litorânea); logo após o acidente, 3.300 mortes e 45 mil casos de câncer. As consequências se prolongam por muitos anos. Em 30 anos surgiriam mais 35 mil pessoas com câncer e 150 mil com problemas de tireóide. E, em 150 anos, 30 mil com problemas biológicos".

Apesar das consequências catastróficas, as usinas no Brasil, segundo vários cientistas, não estão cercadas de toda a segurança. O próprio Pinguelli Rosa declarou ao Globo, edição de 24 de junho, que "o Brasil não está sendo rigoroso quanto às normas de segurança para o funcionamento das usinas nucleares. Pelo que se pode ver de fora, estamos muito abaixo dessas normas".

A sonegação

Ver "de fora", aliás, parece ser a única maneira da comunidade científica (para não falar da população como um todo) ver alguma coisa do Programa Nuclear Brasileiro. A prática da sonegação de informações, iniciada antes da assinatura do acordo, ainda persiste.

te, haja visto a recente nota conjunta dos ministérios envolvidos no acordo, que não acrescenta absolutamente nada ao pouco que se sabe.

Haja visto, ainda, o desconhecimento do próprio Pinguelli sobre a espessura das paredes que protegem o reator. A recomendação alemã é de que a parede tenha 1,80 metro de espessura, a fim de suportar um choque de avião. E Angra dos Reis, como se sabe, está exatamente embaixo da ponte aérea mais movimentada do Brasil. Outro agravante: em caso de pane, os aviões costumam procurar justamente o litoral, onde as chances de realizar um pouso de emergência são bem maiores.

Mas, mesmo que não ocorra nenhum acidente - a possibilidade pode até ser considerada remota, o que para muitos ainda é insuficiente - o Brasil começará a enfrentar um incômodo problema, para dizer o mínimo, daqui a aproximadamente dois anos, quando Angra I estiver funcionando há um ano: o lixo atômico.

As toneladas desse material, que inicialmente serão mais ou menos trinta, irão se acumular durante os anos, acondicionadas em caixas invioláveis, mantidas em resfriamento constante. Um físico brasileiro fez a seguinte comparação: "é como se ao final de cada ano recolhêssemos o lixo de nossa casa e o guardássemos na geladeira. Com cuidado para não explodir".

A segurança

Ainda com relação à segurança das usinas nucleares, existe o problema do solo da praia de Itorna, em Angra, onde estão sendo instaladas as usinas I e II. Problema esse que ocupou com destaque as primeiras páginas da grande imprensa nas últimas semanas, quando veio a público informações sobre a geologia imprópria da região e a qualidade insatisfatória dos serviços de engenharia.

Luiz Ferreira Vaz, presidente da Associação dos Geólogos do Estado de São Paulo, porém, não acredita que o terreno arenoso (xisto) em que a segunda usina está sendo colocada (a primeira foi colocada parcialmente nesse terreno, daí o recalque) venha a ameaçar a segurança do projeto. Hoje - afirma o presidente da Agesp - "a engenharia

possui tecnologia suficientemente avançada para construir uma ponte que ligue o Brasil à África. Resta saber a que preço e em quanto tempo". Ou seja, o país poderia ter economizado tempo e cruzeiros (ou melhor, dólares) se as usinas fossem instaladas num terreno rochoso que dispensasse o estaqueamento.

Finalmente o acordo nuclear como um todo pode ser colocado em cheque diante da simples pergunta: o Brasil precisa de energia nuclear? Na época, o governo, baseado em dados hoje ultrapassados, imaginou que sim. Atualmente, os números disponíveis permitem, no mínimo, a colocação da dúvida. O que, por si, já justificaria o adiamento indefinido das metas estabelecidas até que a certeza da necessidade surgisse de um consenso.

Dois dados, devido à sua importância, não podem ser esquecidos na análise do potencial energético brasileiro. O primeiro é sobre o plano 90. No plano de atendimento dos requisitos de energia elétrica até 90 não foi considerado o aproveitamento do potencial energético disponível do Rio Paraná, entre Guaira e Jupia, que pode limitar a seis o número de reatores. A colocação, feita pelo senador Saturnino Braga durante a CPI, foi aceita por Arnaldo Barbalho, presidente da Eletrobrás, que informou que o órgão já trabalha nessa revisão, na tentativa de fornecer subsídios ao próximo governo.

Outro dado importante é o potencial energético da Amazônia. Um estudo enviado em meados do ano passado à Eletrobrás pela Cigré (comissão canadense especializada em questões referentes a geração e distribuição de energia elétrica) conclui que "mesmo incluindo os gastos com a transmissão a longa distância, hidrelétricas localizadas na Amazônia poderão fornecer energia aos grandes centros consumidores do Sul a um custo por quilowatt que lhes permitirá competir com usinas nucleares distantes apenas 200 quilômetros desses centros". Esse tipo de transmissão, entretanto, só se tornará viável a partir de 1990.

Portanto, mesmo que a opção nuclear seja em si válida, a sua oportunidade, dentro de um programa de prioridades, não resiste aos argumentos contrários.

Oscar Pilagallo Filho

Rio Grande do Sul

CORRUPÇÃO: A CAMPANHA DO EX-SECRETÁRIO

"Strassburger, uma grande família de quatro mil operários a seu serviço."

O ex-secretário da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, e candidato da Arena a uma vaga na Câmara Federal, industrial Cláudio Strassburger, o homem que mais está abusando da legislação eleitoral, poder perder um pouco sua imagem sorridente até o 15 de novembro. Será interpellado pelo MDB gaúcho numa Comissão Especial de Inquérito, juntamente com a diretoria da Cedic-Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial, pela compra de 61 hectares em Bagé, fronteira com o Uruguai, por Cr\$ 17,2 milhões.

O pagamento, correspondente a Cr\$ 280 mil o hectare, foi feito à vista, em ato formal presidido pelo governador Sivaldo Guazzelli e Cláudio Strassburger, em maio, 14 dias antes deste se-

desincompatibilizar e começar sua campanha, que vai desde contratos milionários com mais de meia dúzia de rádios de Porto Alegre até uma propaganda de televisão que mostra, numa caixa de sapato, o seu número eleitoral, 222, fato já denunciado e ainda não resolvido pelo TRE.

A superavaliação adquirida por Strassburger com valor recorde no Estado é considerada lesiva aos interesses do Estado pela oposição. A área não foi desapropriada e sim comprada pela Cedic (Cooperativa Industrial Regional de Carnes e Derivados) para a implantação do pólo proteico, que objetiva aproveitar os recursos naturais da região. O negócio foi determinado por Strassburger, que também nomeou os

membros da comissão de avaliação. Além de estranharem o fato do plano do pólo prever a instalação de 50 indústrias em apenas 61 hectares, os opositoristas contam com um forte argumento. É só comparar com o valor pago em julho pelas terras onde o governo do Estado instalou as primeiras 20 famílias de colonos expulsas da reserva indígena de Nonoi.

Utilizando o crédito fundiário do Banco do Brasil, o governo pagou por 2.604 hectares, localizados a 35 quilômetros da sede do município de Bagé e a 20 do local adquirido dois meses antes pela Cedic, Cr\$ 39 milhões, ou seja, Cr\$ 15 mil pelo hectare.

Abuso

O fato repercutiu ainda mais pelo que

Cláudio Strassburger vem fazendo em termos de campanha eleitoral no RS, abusando da legislação eleitoral - segundo os cálculos da oposição - e tornando-se o mais visado até pelos concorrentes arenistas. Utilizando o poder econômico que detém (11 fábricas com quatro mil operários que produzem 20 marcas diferentes de calçados), o ex-petebista anda até prometendo fábricas nos municípios onde passa, o que já provocou severas críticas de outros candidatos do seu atual partido.

Para veicular a todo o momento seu nome, o industrial tem gasto uma verdadeira fortuna em publicidade de rádio e televisão. Além de patrocinar as duas jornadas mais importantes do sul do País, com o seu já famoso jingle

"Strassburger, você sabe onde pisa...", precedido da relação completa das suas 20 marcas de calçados, destacando-se a conhecida sandália Franciscano, o industrial patrocina a campanha da direita na Universidade. A tendência Peleuina acusa Strassburger de estar contribuindo com Cr\$ 50 mil para a campanha da direita nas eleições que se realizam nos diretórios da UFRGS.

Também o vereador emedebista Sadi Schwerdt denunciou na Câmara de Vereadores de Porto Alegre um comercial de televisão onde o número eleitoral do industrial aparece "de forma subliminar".

Da tribuna exigiu o impedimento da propaganda que mostra o número numa caixa de sapato, "pois 222 sequer

é número de calçado".

Com radialistas e repórteres fotográficos, a idéia do industrial foi outra. Mandou confeccionar camisas amarelas, com seu nome escrito em letras pretas garrafais, para serem usadas pelos profissionais nos campos de futebol. O contrato foi feito com meia dúzia por um ano, a Cr\$ 3 mil por mês. Para os carros, todos espalhados na cidade, ele paga Cr\$ 10 mil por uma pintura com seu nome e número.

E agora, seu último comercial levado ao ar repetidas vezes ao dia na maioria das rádios gaúchas, usa seus operários. Diz mais ou menos assim "Strassburger, uma grande família de quatro mil operários a seu serviço..." (Sucursal de Porto Alegre).

CASO BUKARIN

É preciso restabelecer a verdade

A Fundação Bertrand Russell pela Paz recentemente difundiu uma petição para apoiar o apelo de Yuri-Larine-Bukarin, filho de Nicolai Bukarin, a Berlinguer, secretário-geral do PC italiano, em favor de uma campanha pela reabilitação de seu pai.

O Unita, órgão do PCI, já havia dado em seu número de 16 de junho de 1978 uma longa cobertura sobre o assunto.

Publicou a lista dos intelectuais italianos que foram encarregados de organizar a coleta de assinaturas em favor da petição em seu país, indicando que "os camaradas Spriano, Procacci e Boffa falam em nome do Partido"; o mesmo jornal publicou um importante artigo do historiador do PCI, Paolo Spriano, onde ele afirma: "fazer justiça a esta figura eminente (Bukarin) como as outras vítimas dos processos dos anos trinta, implica não somente abordar um problema

histórico mas ainda dar satisfação a uma exigência moral e política". Esse artigo se pronuncia além disso pela reabilitação de todas as vítimas dos processos de Moscou, designando especialmente Zinoviev, Kamenev, Piatakov, Radek e Rykov. Pode-se considerar essa tomada de posição como um apoio oficial do PC italiano ao apelo pela reabilitação de Bukarin.

No diário La Republica de 22 de junho de 78, Spriano vai ainda mais longe ao reivindicar a reabilitação de todas as vítimas de Stalin inclusive Trotsky".

De lá para cá, a campanha só vem ganhando adeptos e gerando todo um esforço de restabelecimento da verdade histórica, que só pode ser salutar para o movimento operário de todos os países. Publicamos aqui, pela primeira vez no Brasil, a íntegra deste apelo.

1938

Um balanço: dos 24 integrantes do Comitê Central do Partido Bolchevique de outubro de 1917, restou apenas Stalin.



O apelo a Berlinguer

Respeitado camarada Berlinguer, Escrevo essa carta nas vésperas do 40º aniversário da trágica morte de meu pai, Nicolai Ivanovich Bukarin.

meu pai foi expulso do comitê central e do partido e condenado à morte.

Apelos

Eu tinha apenas dois anos nesta época e, naturalmente, não tenho nenhuma lembrança dele. Mas minha mãe, que passou muitos anos nas prisões e campos de Stalin, sobreviveu milagrosamente e me disse a verdade em relação a meu pai.

Mais tarde, Krzhizhanovsky, um dos mais próximos amigos de Lenin, e um dos velhos bolcheviques que viveram na época do terror e que conheceu Nicolai Ivanovich no curso de diversas circunstâncias, falou-me dele. Por outro lado, li numerosos livros bolcheviques que são interditados em nosso país e foram preservados apenas por acaso por alguns velhos bolcheviques - inclusive os livros do próprio Nicolai Ivanovich, assim como obras de autores estrangeiros.

A informação que recolhi desta forma contribuiu para que eu pudesse apreciar plenamente a personalidade e a atividade política e social de meu pai. Compreendi a enormidade dos crimes de Stalin, a extensão de suas falsificações da história do partido, o absurdo e a estupidez das acusações feitas a meu pai no plenum do comitê central de fevereiro-março de 1937 e na ocasião do processo do chamado "bloco dos trotskistas e direitistas". Entretanto, com base nessas acusações absurdas (espionagem, traição, sabotagem e morte),

"abreviado" (da história do partido escrita por Stalin) fértil em falsificações, muitas pessoas consideram ainda meu pai como um traidor e um mercenário de Hitler, quando na verdade ele foi um combatente antifascista de primeiro plano e que durante seus últimos anos consagrou todas as suas energias a denunciar o fascismo e a advertir sobre as ameaças fascistas que cresciam.

Deixando nossa casa pela última vez para o plenum de fevereiro-março de 1937 (de onde ele jamais voltou) meu pai disse a minha mãe: "Não fique amargurada: existem tristes erros na História. Eu quero que meu filho cresça como um bolchevique". Ele considerava os acontecimentos que se passavam como trágicos, mas transitórios; ele acreditava na vitória final das forças do socialismo.

Eu não sou membro do partido mas, para meu pai, a palavra "bolchevique" implicava sem dúvida alguma o combate pela justiça social. E nós somos incapazes, em nosso país, de obter justiça para um homem que Lenin, antes de morrer, chamava "o favorito de todo o partido". Para minha mãe, que viveu os horrores dos campos de Stalin, que conheceu muitos dos companheiros de armas de Lenin, muitos dos velhos bolcheviques-militantes dos quais ela guarda as mais calorosas lembranças e dos quais ela fala sempre com ternura e afeição - a vida nessas condições torna-se cada vez mais intolerável. E inconcebível que aqueles que ainda carre-

gam nos ombros o peso dos crimes de Stalin e que não os lançaram ainda ao lixo da história, possam lutar por ideais elevados.

Internacionalista

Eu me dirijo a você, camarada Berlinguer, não apenas porque é dirigente do mais numeroso PC da Europa Ocidental e que retirou esse peso dos ombros, mas também porque Nicolai Bukarin era um comunista internacionalista, membro ativo do movimento comunista internacional. Ele era conhecido por comunistas de numerosos países que se lembram dele com respeito. Alguns deles vivem e militam nas fileiras do partido italiano. Penso particularmente no camarada Umberto Terracini.

Eu me dirijo a você para pedir que participe na campanha pela reabilitação de meu pai, da maneira que pareça a mais apropriada.

Pouco tempo antes de sua morte, Bukarin escreveu uma carta "às futuras gerações de dirigentes do partido" na qual lhes apelava a "esclarecer o monstruoso volume de crimes". Minha mãe guardou o texto dessa carta na memória durante os anos negros e depois de sua reabilitação, o transmitiu ao comitê central do partido. Essa carta terminava com essas palavras:

"Saibam camaradas que sobre a bandeira que estarão portando quando de sua marcha vitoriosa para o comunismo, existe uma gota de meu sangue". Sinceramente, seu Yuri Larine (Bukarin) 12 de março de 1978

O autor do "ABC do Comunismo"



Nicolai I Bukarin nasceu em Moscou, em 1888, filho de professores de escola primária. Militando desde cedo na política estudantil, participou da revolução russa de 1905 e aderiu no ano seguinte à ala bolchevique do Partido Social Democrata Russo. Desde 1910 ocupou cargos importantes no partido, distinguindo-se em especial pela sua contribuição ao jornal Pravda. Em dezembro de 1917 assumiu o cargo de redator chefe do Pravda e foi eleito membro do Conselho Supremo da Economia, além de participar de maneira destacada na elaboração da primeira Constituição da República Soviética Russa.

Na luta interna do partido, depois da morte de Lenin, não participou da chamada "oposição de esquerda" com a qual Trotsky se identificava. Apesar disso, em 1937, juntamente com Rykov e Rakovsky foi acusado de ter-se tornado, sob inspiração de Trotsky, um agente e espião de "potências estrangeiras" e de ter tentado assassinar Lenin, sendo condenado à morte. Foi executado em 1938.

Comentando os processos de Moscou, a respeito de Bukarin, Trotsky dizia: "Ao contrário de Rykov, Bukarin é um teórico puro, um professor, um escritor. Um dos velhos bolchevi-

ques, que não tivesse pendência administrativa, nunca fez parte do pessoal do governo; mas era o editor do órgão central, o "Pravda", posto de uma importância excepcional. Depois da desgraça de Zinoviev, tornou-se chefe da Internacional Comunista (1926-1927). Possui uma atraente jovialidade que fazia dele, segundo a expressão de Lenin, "o benjamim do partido". O pensamento teórico de Bukarin se distingue por uma tendência a estabelecer paradóxicos. Discutia acaloradamente com Lenin, mas a dureza na polêmica, entretanto, jamais abalou suas relações de amizade. Bukarin era fascinado por Lenin.

Se alguém nos tivesse dito na época que Bukarin seria acusado de ter tentado assassinar Lenin, todos nós teríamos sugerido encaminhar tal profeta para um asilo de loucos. A seu crédito, Bukarin tem trinta anos de trabalho revolucionário.

Suas principais obras, traduzidas em diversos idiomas e proibidas na União Soviética são: "A Economia Política do Rentista" (1913); "O Imperialismo e a Economia Mundial" (1915); "A Propósito da Teoria do Estado Imperialista" (1916) "O ABC do Comunismo" (1919), em autoria conjunta com Preobrajenski e proibido no Brasil; "Teoria do Materialismo Histórico" (1921); "A Economia do Período de Transição" (1922) e "Imperialismo e Acumulação de capital" (1927).



secretário geral Hernan Laborde — para ser reabilitado apenas depois de um longo período de atividade sindical e política e várias estadias na prisão. Pouco depois, o "Humanité", órgão oficial do PC francês, reproduzia na íntegra o capítulo intitulado "O Caso de Trotsky". A seleção não era casual. Pode ser considerada como um endosso das posições que Campa assume e que assim explica:

"Nosso partido reconhece a ajuda preciosa que ele recebeu da Internacional Comunista e o importante papel que a URSS jogou no plano internacional para combater a tendência do imperialismo Yankee de desencadear uma terceira guerra mundial que seria catastrófica para toda a humanidade. Conscientes disso, os comunistas mexicanos — diante do drama causado pela ingerência de camaradas estrangeiros, sobretudo durante o período que foi coroado pela política equivocada da "unidade a qualquer preço" (1) e em seguida pela eliminação de Trotsky — mantêm com determinação, ao mesmo tempo que seu internacionalismo, sua insistência pela autonomia e independência de seu partido."

"Naquela ocasião, Laborde e eu falamos da necessidade de revelar toda a verdade. As novas gerações de comunistas e outros revolucionários têm necessidade de conhecê-la para ter em conta aquela experiência e agir de maneira mais consequente e mais eficaz nas lutas de nossa pátria."

"Desde minha saída da prisão, em 1970, insisti junto à direção do PC mexicano sobre a necessidade de expor claramente essas verdades históricas. Nos pusemos de acordo, considerando que era necessário esperar o momento oportuno para fazê-lo."

"Laborde morreu e eu tenho o dever de lembrar esse drama". A seguir, um resumo do capítulo do livro de Campa publicado pelo Humanité, "O caso Trotsky", e não divulgado no Brasil:

"Nesse estado de coisas, nós não deixávamos de denunciar as traições de Trotsky. Em seguida, nos demos conta de que ele estava sendo objeto de provocações, o que, por desespero, conduziam-no a excessos repreensíveis. (...)

Durante a campanha contra Trotsky, foi convocado um comício pelo PC em 26 de setembro de 1938. Tomaram a palavra: Carlos Rivera, dirigente colombiano; Margarita Nelken, deputada comunista da Espanha; Jacques Gresa,

No dia em que George Marchais, Secretário-geral do PC francês, participava no México da festa do jornal do PC mexicano "Oposición", um livro recentemente saído da gráfica lhe foi entregue: "Meu testemunho", de Valentín Campa, dirigente histórico do PC mexicano em 1940 — junto com o

confidencial, extremamente delicada. Tratava-se do que lhe havia sido comunicado por um camarada que se apresentava como delegado credenciado da Internacional Comunista; este lhe anunciava a decisão de eliminar Trotsky e lhe pedira sua cooperação pessoal como secretário-geral do Partido, e a de uma equipe adequada, capaz de assegurar a eliminação. Laborde lhe respondeu que se tratava de um problema extremamente delicado, e que o PC considerava Trotsky como um homem politicamente derrotado, e que precisava de alguns dias para pensar. O enviado da Internacional frisou que ninguém deveria ficar sabendo do assunto, que era estritamente confidencial.

Não obstante, Laborde decidiu examinar o problema junto conosco. Nós três estávamos perfeitamente de acordo de que se tratava de um problema extremamente grave e estritamente secreto. Nós o examinamos com muita calma e cuidado. Após a análise rigorosa que o assunto merecia, concluímos como antes já havíamos feito em diversas vezes, que Trotsky estava politicamente derrotado, que sua influência era quase nula. Por outro lado, sua eliminação teria como consequência, um grande problema para o PC mexicano para o movimento revolucionário no México, para a URSS e para o movimento comunista internacional em seu conjunto. Concluímos, por tanto, que a proposta de eliminar Trotsky era um grave erro. Uma vez firmado esse ponto de vista, Laborde o comunica ao delegado da Internacional. Este faz ameaças, dizendo que ele teria de suportar as consequências de sua atitude e que a indisciplina em relação à Internacional se paga bem caro. Laborde lhe declara que nós agíamos segundo nossos princípios e que considerávamos inadmissível, a ideia de eliminar Trotsky.

Mas diante das ameaças feitas pelo delegado, examinamos o problema no secretariado e decidimos ir a Nova York discutir com Earl Browder, membro do comitê executivo da Internacional (...). Ele nos declarou categoricamente que estava de acordo conosco e pediu-nos

insistentemente que não mais recebêssemos o delegado, que ele iria a Moscou esclarecer as coisas.

A intriga está orquestrada

Algumas semanas depois, algumas idas e vindas bem suspeitas se produzem. Vittorio Codovilla, argentino, chega ao México; depois Martínez da Venezuela e outros camaradas enviados pela Internacional, sob a alegação de cooperação com o PC mexicano que se encontra numa situação crítica. Em seguida, é a intervenção direta desses delegados em todos os questões do PCM. Laborde e eu somos postos nos bancos dos réus; segundo eles, nós seguíamos uma linha oportunista e sectária. Este oportunismo residia na política de "unidade a qualquer preço", que de fato era oportunista mas - e eles se esqueciam disso - nos havia sido imposta, apesar de nossas reticências, pela Internacional em 1937. (...) É assim que se leva à frente uma desonesta atividade na base de intrigas, particularmente contra Laborde e eu. Laborde é suspenso de seu posto de secretário-geral e eu do Buró Político. Uma comissão dita de depuração da direção do partido é constituída sob a direção de Andres Garcia Salgado. Alguns anos depois, este se tornaria um sindicalista governamental.

Neste clima, tentei ainda assistir às reuniões da direção, preparando inclusive documentos sobre o último ano do governo de Cardenas. A esse propósito ocorreu um dia um incidente: com toda boa fé, eu havia sempre sustentado que a categoria de marxista-leninista não devia estender-se a Stalin, mas internacionalmente já era costume se falar de marxismo-leninismo-stalinismo. Eu sempre me recusara manifestando ao mesmo tempo a admiração que eu tinha por Stalin e pelo valor de sua ação, e acrescentava que me opunha a que ele fosse elevado ao nível de Marx e Lenin porque, no fim das contas, ele estava ainda vivo e que esta apreciação só poderia ser feita em função de um balanço definitivo da obra dos que morreram. Eu fiz minha exposição, na reunião da

direção, usando a expressão "marxista-leninista" a propósito de um assunto qualquer. Mas a camarada que estava secretariando transcreveu a expressão acrescentando o termo "stalinismo". Quando eu protestei, ela respondeu que todo mundo dizia "marxismo-leninismo-stalinismo".

"Todo mundo, menos eu", retruquei. O original rasurado seria apresentado como prova de que eu era trotskista.

"Stalin é um sujo"

Chega-se assim ao congresso extraordinário que nos excluira. Eu me apresento e respondo às acusações feitas contra nós. Laborde não comparece porque, segundo ele, seria uma comédia. Ele já estava convencido que Stalin participaria em todo o problema da eliminação de Trotsky e na utilização da Internacional contra nós em função da posição que havíamos tomado. Ele sempre tivera uma boa opinião sobre Stalin, mas naquela conjuntura ele a retificava, porque a questão era bastante grave. Indignado pelas manobras, em outra ocasião ele chegou a dizer que Stalin é um cabron (Stalin é um sujo, numa tradução bem-educada).

Quando nós fomos excluídos, todas as agências internacionais nos provocaram. Elas queriam arrancar de nós declarações sobre Trotsky, porque ele havia escrito um artigo que dizia que nossa exclusão tinha relação com as intenções de eliminá-lo. Trotsky escreveu: "O que se passou, muito provavelmente, foi que a GPU encontrou uma certa oposição entre os dirigentes do partido comunista... e qualquer que se opõe a um atentado contra a vida de Trotsky é evidentemente trotskista".

Nós nos opusemos, Laborde e eu, a examinar a situação na qual estávamos metidos. (...) Decidimos então não cair nos erros que Trotsky havia cometido quando hostilizado por Stalin. O caso Trotsky seria utilizado internacionalmente contra a URSS e contra o PC mexicano. Nossa situação era muito difícil, mas devíamos continuar sendo discretos. Nós estávamos particularmente indignados de ver Rafael Carrillo

se comportar conosco como um perfeito canalha, nos cobrindo de calúnias quando ele conhecia toda a verdade sobre o problema. Algum tempo depois, Rafael Rodrigues se vangloriou de ser um renegado do comunismo.

Antes ainda da nossa exclusão, Laborde e eu fomos informados de que David Alfaro Siqueiros estava por organizar uma equipe de camaradas para assaltar a casa de Trotsky em breve. O semanário dominicano, A hora publicaria mais tarde uma entrevista de Siqueiros intitulada: "Siqueiros relata o atentado contra Trotsky", onde ele declarou: "Stalin está preocupado com que Trotsky, durante seu exílio no México, possa ser o centro de um outro movimento chinovista que teria por objetivo substituí-lo no poder soviético. E assim, ordenou a um alto funcionário da KGB, Leonid Eitington, que organizasse a eliminação física de Trotsky e para isso lhe concedeu meios ilimitados. Mas o líder do PC mexicano, Laborde se opôs a esse ato de violência e de fato se recusa a ajudá-lo... Finalmente, Laborde e seus colaboradores foram expulsos e o partido fica sob nosso controle."

Siqueiros relata, com uma grande desenvoltura os fatos que diziam respeito a um drama político para nosso partido e para o movimento comunista internacional.

Tendo fracassado a tentativa de Siqueiros e de seu grupo de assaltar a casa de Trotsky, uma terceira variante foi levada à prática. Ramon Mercader, que vivia sob o pseudônimo de Jacques Monard, assassinou Trotsky na tarde de 20 de agosto de 1940 (Ver o EM TEMPO anterior).

Como Laborde e eu tínhamos previsto, a eliminação de Trotsky desencadeou uma campanha de grande envergadura contra o PC mexicano, o movimento comunista internacional e a URSS."

Nota! (1) Essa política, que decorria da orientação do Interocel Comunista na época de Dimitroff, tinha como pressuposto que as partidas comunistas deveriam fazer todas as concessões para se unir, e em alguns casos até para se integrar, ao partido dominante, para enfrentar o perigo fascista.

TIMOR LESTE

O longo e árduo caminho da vitória



Desde os 10 anos as meninas já pegam em armas

“Quatro quintos de nosso país já estão livres dos indonésios”

P. Qual foi a política da Indonésia ao invadir Timor?

R. A Indonésia, a partir de certa altura, deixa cair a máscara e passa à agressão armada. E tenta camuflar essa agressão dizendo que o povo de Timor Leste deseja se integrar na Indonésia, o que é absolutamente falso e a maior prova é que, apesar das difíceis condições em que lutamos, dada a quantidade enorme de soldados invasores que neste momento tentam sufocar a nossa luta, o nosso povo, sob a direção do Comitê Central da FRETILIN continua mantendo bem vivo o desejo de independência.

P. É provável que a atual intervenção indonésia tenha sido feita num acordo mais geral com o imperialismo?

R. Exato. No contexto mundial, vemos que a Indonésia é considerada o peão avançado, no extremo-orientado, do imperialismo. Os norte-americanos já consideram a península indochinesa “perdida”. Depois das vitórias dos povos do Vietnã, Laos e Camboja, eles vêm a Malásia e a Tailândia como territórios sob uma potencial dominação comunista. E então querem servir-se da Indonésia, do Japão e do território ocupado da Coreia do Sul como um guarda-chuva para proteger a Austrália e a Nova-Zelândia. Podemos constatar também que, ao norte da nossa capital, Dhili, estão os estreitos de Ombai e Wetar, através dos quais os submarinos atômicos norte-americanos têm passagem do

Índico para o Pacífico. Se não utilizarem esta passagem, terão de dar a volta total pela Austrália. Estas são razões militares de onde deriva parte da importância da situação geográfica de Timor. Depois, há o problema interno da própria Indonésia. Como Frente, desde o início, definimos uma política voltada para a defesa dos interesses de nosso povo. Em consequência das riquezas que o país possui, da potencialidade econômica que ainda está por ser explorada racionalmente, temos condições de promover a curto prazo o desenvolvimento das condições materiais em que vive o nosso povo. Isso seria um “mau exemplo” para os indonésios. Ter nas fronteiras um país democrático, desenvolvido, pode ser um fator de distúrbios, de inquietação. O povo indonésio poderia começar a interrogar-se acerca da sua situação de oprimido e explorado.

Depois, claro, há os interesses das multinacionais, da exploração do petróleo, que desde o período colonial começaram a lançar os seus tentáculos sobre este produto. É interessante ressaltar que houve divergência entre os governos portugueses e australianos, que não foi resolvida. A Austrália queria ampliar as suas águas territoriais, de forma a englobar a plataforma marítima do então Timor português. Com a proclamação da nossa independência, isso não pôde ser resolvido. Vemos, agora, que sob as pressões das multinacionais do petróleo, a

Austrália toma uma posição bastante clara a respeito da chamada “integração” do Timor Leste à Indonésia. As companhias de petróleo australianas já estão a explorar o petróleo dentro de nossas águas territoriais.

P. E hoje, como se caracteriza a situação político-militar?

R. A situação interna atual de nosso país é a seguinte: continuamos a manter a ofensiva, enquanto o nosso inimigo se vê obrigado a ficar em situação defensiva. Recentemente tivemos notícia do emprego de mercenários norte-americanos, porque os soldados indonésios revelaram-se ineptos para continuar a guerra. Vão tentar agora internacionalizar o conflito, através da requisição de mercenários. Têm sido utilizados diversos meios de destruição, como o bombardeio aéreo, utilização de produtos químicos, como o napalm, herbicidas, etc. A marinha continua a bombardear. A Indonésia domina apenas 20% do território, limita-se a ter pequenas guarnições no interior do país. Estão cercadas por todos os lados. Estas pequenas guarnições são abastecidas através de grandes comboios militares. Por exemplo, de Dhili a Ermera, percorro que se faz em 3 ou 4 horas de carro, eles levam cerca de 15 dias. Isto porque têm de fazer uma volta muito grande, uma vez que determinadas zonas eles não conseguem passar impunemente.

Em 1975, os exércitos invadiram a parte oriental da ilha de Timor, numa tentativa de esmagar a república proclamada pela FRELITIN nesta antiga colônia portuguesa. Três anos depois, os desmoralizados invasores não ousam se afastar de suas guarnições e controlam apenas 20% do território do Timor.

Nesta entrevista, realizada com exclusividade para EM TEMPO pelo Comitê de Apoio à Imprensa Independente, com sede em Moçambique, representantes da FRETILIN contam como foi possível à população da mais obscura das colônias portuguesas fazer frente à ditadura indonésia, ponta-de-lança do imperialismo no extremo oriente.

P - Qual era a situação sob o colonialismo em Timor Leste?

R - Os portugueses chegaram em Timor no início do século passado e empregaram o velho sistema de dividir para reinar.

O nosso povo tinha um certo grau de desenvolvimento porque já se tratava de uma região habitada, quando da chegada dos portugueses, por povos que se dedicavam ao comércio. Os portugueses entraram e começaram a destruir sistematicamente toda a estrutura tradicional. Claro que depois disso verificou-se uma série de revoltas contra a tentativa de dominação, que terminaram num banho de sangue. Devido à falta de um elemento unificador, as revoltas eram de tipo tribal. Não havia coordenação entre as diversas tribos, não havia um elemento político que conseguisse desencadear um movimento nacionalista organizado no seio do nosso povo.

P - Já havia uma identidade nacional?

R - Sim, sempre houve uma identidade nacional, sobretudo no que é hoje Timor Leste - a ilha dividiu-se pouco tempo depois da chegada dos portugueses. Dividiu-se em duas partes: uma veio a ser colônia portuguesa, e a outra colônia holandesa. A partir daí, a diferenciação entre ambas começou a ser cada vez mais marcante.

P - A outra parte da ilha foi colonizada pelos holandeses?

R - No início, todo o arquipélago foi dominado pelos portugueses. Aos poucos, no entanto, eles foram perdendo terreno para os holandeses. E, então, dividiu-se a ilha e os portugueses ficaram com a parte oriental, com o enclave de Oecusse na parte ocidental e ainda com a ilha de Atauro em frente. A partir de então, a cisão entre os povos que habitavam uma ou outra metade da ilha foi claramente definida, a ponto de termos mais identidade cultu-

ral com a Papua-Nova Guiné e com a Melanésia do que com a parte indonésia da ilha. Por exemplo, ainda que tenhamos vários dialetos, temos uma língua franca, o Teto, que não é falada na parte indonésia. Já a língua Indonésia, o bahasi, só é compreendida na parte da fronteira, à semelhança do que se passa em qualquer região fronteiriça do mundo.

P - Do ponto de vista econômico e político, em que se baseava o sistema colonial português?

R - Os portugueses nunca chegaram a desenvolver as potencialidades econômicas de Timor Leste. Do ponto de vista econômico, somos um país bastante rico, por isso mesmo são boas as perspectivas pós-independência total. Temos petróleo, tanto no mar como em terra, gás natural, diversos minerais, como magnésio, cobre e ferro. Do ponto de vista agrícola, mesmo durante o período colonial, sempre fomos auto-suficientes. A base da alimentação é o arroz, ao lado da batata e da mandioca e de outros produtos do gênero. E produzimos café, um cultivo desenvolvido pelos portugueses num sistema de monocultura.

Do ponto de vista político, sobretudo depois do início da luta de libertação nacional nas outras colônias, o colonialismo procurou criar uma espécie de “burguesia nacional”, aproveitando os chefes tradicionais, o funcionalismo público e enviando estudantes para Portugal, numa tentativa de amenizar o sistema.

P - Antes do golpe de abril de 1974 em Portugal, houve algum tipo de luta organizada, não me refiro a revoltas espontâneas, mas algo orientado, organizado?

R - Sim, tivemos movimentos notáveis, como as revoltas de Cova Lima, em 1719, e Cova Cutubela, em 1868-1869. Entre 1895 e 1912, os

colonialistas portugueses enfrentaram uma forte reação popular contra a sua expansão no país. A região de Munufahi foi libertada e aí se estabeleceu um sistema administrativo próprio. Para liquidá-la, foi necessário trazer reforços de Portugal e da então colônia de Moçambique. Esta operação de “pacificação”, como denominavam os dirigentes portugueses, custou-nos mais de 3.000 mortos e 4.000 prisioneiros. Por outro lado, a última revolta que se deu em Timor foi por volta de 1959, na região de Vikeke, mas não foi a nível nacional. Foram indivíduos que, já cansados do sistema de opressão, tentaram se revoltar. Essa revolta custou cerca de 2.000 mortos. E muitos outros companheiros foram exilados. Mas daí é que surge um núcleo que começa a verificar a necessidade de uma unificação de forças. E então, em 1970, surge a semente daquilo do que é hoje a FRETILIN, um grupo de estudantes, funcionários administrativos, funcionários que estavam em Dhili, operários que começavam a organizar-se e discutir o problema de Timor.

É preciso considerar que somos uma ilha e vivíamos isolados e cortados do restante das colônias portuguesas. Tínhamos um rádio e uma imprensa dominados pelos portugueses, os nossos estudantes que estavam no estrangeiro eram muito poucos. Estávamos praticamente bloqueados, ignorávamos o que se passava no resto do mundo. No entanto, esse pequeno grupo foi se desenvolvendo, organizaram-se células em diversas regiões do país e quando se deu o golpe de abril português, em 1974, as células puderam vir à superfície e formaram uma organização que à época foi chamada ASDT, a Associação Social Democrata de Timor. Mais tarde, por necessidades políticas, ela veio originar a FRETILIN.

Começar do zero, na colônia esquecida

P. Quando houve a independência em Moçambique, a situação econômica era catastrófica. Qual era a situação no seu país quando os colonialistas se retiraram?

R. O Timor Leste, como eu já disse, era a colônia esquecida. Não havia quase nada. Tivemos que partir de bases próximas ao zero. A indústria resumia-se a uma pequenina indústria de sabão, empregando meia dúzia de pessoas. E não havia muito mais. O forte era só o café. Depois de 74, foi a FRETILIN que começou a lançar as bases de uma organização econômica nacional. É a primeira coisa que fizemos foi tentar alterar o sistema de monocultura em favor da plantação de viveres necessários ao povo. Por exemplo, reduzimos o cultivo de café para plantar viveres para o auto-abastecimento. Do ponto de vista educacional, organizamos mais de duzentas escolas em todo o país, escolas, claro, em condições absolutamente precárias. Toda pessoa que sabia ler ou escrever ensinava os outros. Desenvolvemos o método de Paulo Freire adaptado às nossas circunstâncias, procurando dar-lhe uma perspectiva de classe. Quanto à saúde, organizamos uma série de pequenas escolas para ensinar ao povo os princípios de higiene, educando os nossos técnicos para servir o povo. Começamos a formar aquilo que chamamos os **médicos de pés descalços**, com conhecimento de higiene, assistência médica, profilaxia. A herança colonial está muito presente. Temos, por exemplo, um índice de analfabetismo de mais de 90%. Devemos ressaltar que, graças à FRETILIN, foi a primeira vez que a nossa língua materna ganhou expressão escrita. Os manuais e programas políticos são escritos em duas línguas, o português e o teto. No tocante à organização econômica, criamos também diversas coo-

perativas de consumo. Nessas cooperativas os camponeses iam vender o que produziam em forma comunal e adquirir os produtos de que tinham necessidade.

P. Como repercutiu em Timor Leste o golpe de 25 de abril? Sobretudo, como repercutiu a notícia da independência das até então colônias portuguesas na África?

R. Como já expliquei, após o golpe de 74, os núcleos que trabalhavam na clandestinidade vieram à superfície. Formou-se a ASDT. É importante assinalar que esta associação cria-se apenas depois do golpe de abril de 74. O nosso objetivo primário e fundamental como ASDT era a independência total do nosso povo: começamos imediatamente a atuar no campo econômico e social. Foi isto que de certa forma “desgostou” os portugueses. Tínhamos a nossa linha traçada e implementamos esta linha.

Os portugueses fomentaram a criação de um partido, a União Democrática de Timor (UDT), integrado pelos criadores de gado, donos dos cafezais, latifundiários etc. Depois, havia o partido criado pelos indonésios, que era absolutamente minoritário, a Associação Popular Democrática de Timor (APODET). Observa-se desde já uma diferenciação de classes nestes partidos. E de se considerar ainda que o governador português de Timor Leste era uma pessoa não grata em Portugal. Foi condecorado pela CIA, veio dos EUA e foi enviado para Timor. Nós, com a intenção de materializar os anseios de independência do nosso povo, mudamos o partido social democrata para uma frente, em 20 de maio de 1974. Então continuamos a operar no país, e, em janeiro de 1975, tentamos uma coligação com a UDT, com base na independência nacional. Esta indepen-

dência era a pedra de toque da nossa política. Uma questão que não discutíamos. Nós conseguimos uma coligação, após o que verificou-se uma série de visitas à Indonésia. Uma série de visitas de indivíduos vindos de Portugal e da Austrália. Percebe-se uma montagem da política do imperialismo em Timor Leste. Em agosto do mesmo ano, a coligação é torpedeada pela UDT e eles tentam um golpe de estado com a ajuda de determinadas forças portuguesas. Entre elas sobressai o comandante da polícia, o oficial Diogo Gouveia, que era o braço direito do governador. O golpe tem lugar e pouco depois ele é nomeado, ou se autoneomeia, comandante-chefe das forças da UDT. Na altura deste golpe havia conversações gerais. Inclusive nós mesmos fomos formalmente convidados a ir à Indonésia, onde nos apresentaram o seu material bélico, procurando intimidar-nos. Tentavam demonstrar que o seu aparelho de guerra poderia esmagar qualquer tentativa que não lhes agradasse. O golpe tem lugar no dia 10 para o dia 11 de agosto de 75. Eles procuraram atacar a FRETILIN e mesmo executam alguns membros do nosso comitê central. Começaram a bombardear partes da capital onde tínhamos nossos sindicatos, as organizações da juventude e das mulheres, a tal ponto que nós nos vimos obrigados a nos retirar para as montanhas. Durante este tempo, procuramos entrar em negociações com o governo português, autoridades que reconhecíamos, e exigimos que ele assumisse as suas responsabilidades administrativas e desarmasse aqueles indivíduos.

P. A UDT tentou uma declaração unilateral de independência?

R. Não, o que eles exigiam é que os membros da FRETILIN fossem presos, a Organização dissolvida e o poder passasse para eles. Claro, o



Disposição de luta e certeza na vitória final

governador português estava plenamente ciente de tudo isto, pois não se pode compreender que o seu braço direito, o comandante da polícia, estivesse envolvido no golpe sem ele saber. Quando nos retiramos, continuamos tentando manter contato com o governo português, representado pelo governador da colônia, mas este recusou-se, sistematicamente, a tomar qualquer medida. Nós esperamos três ou quatro semanas, e, uma vez que o governador não tomava qualquer atitude, o comitê central da FRETILIN decidiu a insurreição armada. Conclamou a população, fez-lhe um apelo e aos soldados timorenses que estavam no exército, e verificamos imediatamente que este apelo foi respondido de uma forma calorosa pelo nosso povo. Há então uma contra-ofensiva, de pouco mais de uma semana, na qual nós desbaratamos completamente as forças da reação. A UDT neste momento praticamente se dissolve, seus membros fogem para Portugal, Austrália e Indonésia. Empurramos o grupelão fantoche patrocinado pela Indonésia, que praticamente não existia no país. A partir daí adquirimos o controle total do nosso território, salvo a ilha fronteira de Atauro, que foi onde o governo português se refugiou. A insurreição foi proclamada a 15 de agosto de 1975.

P. Naquela época, quem chefiava o governo português?

R. Era a época do governo provisório de Vasco Gonçalves. De forma que eles não quiseram ou não puderam dar atenção ao problema de Timor. A 28 de novembro de 1975, declaramos a independência nacional. Proclamamos nesta altura uma República Democrática, anticolonial, antiimperialista, e, em 7 de dezembro do mesmo ano, exatamente 24 horas após a visita de Ford e Kissinger à Indonésia, verifica-se a invasão maciça do nosso território pelas forças armadas indonésias.

P. Por ocasião da proclamação da independência, quais eram os pontos fundamentais do programa da FRETILIN?

R. Bem, como política de base, propunha a gradativa liquidação das relações e estruturas coloniais e o engajamento cada vez mais profundo contra novas formas de dominação e exploração. Na área econômica, a eliminação da dependência ao estrangeiro seria acompanhada pela criação de cooperativas, como base de nossa vida econômica e social. Previámos uma profunda reforma agrária, com a terra sendo cultivada pelo Estado ou entregue ao povo por meio de cooperativas. Propunhamos ainda a criação de uma divisa nacional e o controle das importações. No campo educativo, um amplo programa deveria eliminar radicalmente o analfabetismo no país. Enquanto o português seria mantido como língua oficial,

previa-se programas de pesquisa em torno do teto, língua franca em Timor, e igualmente dos demais idiomas utilizados pelo nosso povo. Uma atenção muito especial seria dedicada às diferentes manifestações culturais existentes no país. Aliás, não as consideramos como patrimônio exclusivo nosso, mas de toda a humanidade. Quanto à saúde, propúnhamos a organização de uma rede nacional de hospitais e clínicas e a implantação de programas de medicina preventiva. A assistência médica seria gratuita. No capítulo dedicado à justiça social previa-se a eliminação imediata do trabalho forçado, o estabelecimento de uma política salarial baseada no princípio de a igual trabalho corresponde igual salário, sem discriminação de nenhuma espécie, e também a organização de programas educativos voltados para o combate ao alcoolismo, jogo, prostituição e vagabundagem. A defesa nacional estaria assegurada por forças armadas ao serviço do povo. Finalmente, quanto às relações internacionais, o programa da FRETILIN estabelecia os seguintes pontos: não-alinhamento, política de boa vizinhança e de não ingerência, cooperação com todos os países do mundo.

(Entrevista concedida a Daniel Aarão Reis Filho, Sônia Ramos e Etevaldo Hipólito de Jesus)

Nossa Solidariedade

Na última semana EM TEMPO enviou cartas de apoio aos jornais Movimento e Tribuna de Imprensa, expressando o seu repúdio a este novo atentado à liberdade de imprensa, através do enquadramento dos diretores responsáveis destes jornais na Lei de Segurança Nacional

Caro jornalista Hélio Fernandes
Diretor Responsável da Tribuna de Imprensa

A diretoria do jornal EM TEMPO, manifestando o sentimento de todos os seus funcionários e colaboradores, ao tempo em que repudia este novo atentado à liberdade de imprensa que representa o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional por ter denunciado fatos que são de interesse público, manifesta sua solidariedade à Tribuna de Imprensa - vítima perpétua da perseguição governamental.

Este novo atentado é mais uma prova de que o fim da censura prévia não representou a conquista da plena liberdade de imprensa e muito menos um

ponto final nas constantes perseguições que se abatem sobre a Tribuna de Imprensa. Causa repulsa e ódio com que as autoridades governamentais dedicam a este jornal, que tem se destacado pela sua independência, pela defesa da liberdade e pela denúncia de tantos quantos se enriqueceram através da corrupção.

Reafirmamos a nossa convicção de que a Tribuna não se intimidará com esta nova represália e continuará a manter a sua linha independente, sem se dobrar diante de um regime autoritário que suprimiu as liberdades públicas e agravou as condições de vida do nosso povo.

Cordiais Saudações:
(a Diretoria)

À Redação do JORNAL MOVIMENTO:
Prezados Companheiros:

Nós, funcionários e colaboradores do JORNAL EM TEMPO, mais uma vez

queremos expressar que estamos do lado de vocês, nesta hora em que Movimento volta a ser vítima dos algozes do nosso povo, com o enquadramento do Diretor Responsável de Movimento, Antônio Carlos Ferreira, na Lei de Segurança Nacional.

Movimento prestou um relevante serviço às camadas populares e às amplas forças de oposição do nosso país, quando, no seu nº 171, mostrou em suas páginas o mar de lama em que está submerso o regime militar, corroido pela corrupção que campeia de norte a sul. Esta nova represália é mais uma tentativa de dobrar um jornal de oposição que não foi vencido nem mesmo pela censura prévia e que sobreviveu a ela.

Esse novo atentado não é um fato isolado e situa-se no contexto geral dos atentados à liberdade de imprensa, pois o Regime é incapaz de conviver com uma imprensa livre e democrática. Não é de hoje que Movimento tornou-se um alvo privilegiado dos que conspiram contra o nosso povo. E isto só acontece porque esse jornal tem mantido a sua independência e incomoda os detentores do Poder com as suas denúncias que não podem ser contestadas.

Nós do EM TEMPO também nos sentimos atingidos por esta represália, pois qualquer atentado à imprensa independente também nos diz respeito. Neste sentido, reafirmamos a nossa disposição de cerrar fileiras com os companheiros do MOVIMENTO nesta nova luta. Estamos certos de que assim como Movimento e as forças de oposição derrotaram a censura prévia, também derrotarão e tornarão inócuo esta nova investida do regime militar.

Fraternais Saudações:
(a Diretoria)

"Apoiamos todos candidatos de oposição democrática e popular"

A diretoria do DCE da Universidade Federal da Bahia, esclarece sua posição a respeito do apoio ao candidato a deputado estadual pelo MDB Adelmo de Oliveira, corrigindo artigo publicado recentemente por EM TEMPO.

"Aos leitores do jornal EM TEMPO

Depois de ler o artigo sobre o candidato Adelmo Oliveira, no nº 30 deste jornal, achamos importante esclarecer algo a cerca da chamada para o referido artigo.

O debate de idéias na Universidade sempre contribuiu muito para o crescimento e o aprofundamento das várias visões sobre o processo de luta do povo brasileiro. No entanto, a partir de um certo momento, começaram a surgir no movimento estudantil o que se convencionou chamar de tendências ou posições. A crescente cristalização dessas posições passou a suplantir a necessidade de organizar e fortalecer nossas entidades, levando o conjunto dos estudantes a um afastamento do trabalho. Isto porque as divergências entre as tendências não são muito bem explicitadas e assimiladas pelos estudantes como um todo.

Consequentemente muitos colegas não integram as diversas tendências mas se dispõem a trabalhar nas entidades, o que consideramos fundamental. Participam ativamente das comissões diversas, das manifestações, fortalecendo concretamente a luta dos estudantes brasileiros. Durante todo este ano nos empenhamos em recriar condições de participação nas comissões de trabalho, grupos de arte, etc., após concluímos que a supervalorização das tendências em detrimento das entidades estudantis, dificulta a atuação desta significativa parcela de colegas.

Quando a questão do apoio ao candidato Adelmo Oliveira, o que temos a dizer é que não é correto dizer simplesmente que "parte da tendência Viração" está apoiando. Ao contrário, todos os colegas que têm unidade com a atual plataforma (Viração) do Diretório

Central dos Estudantes, eleito livremente no ano passado, estão apoiando todos os candidatos de oposição Democrática e Popular.

Quando definimos nossa proposta de voto, concluímos que aqueles candidatos, cujas ações passadas e presentes se caracterizam pela defesa dos interesses populares e que se disponham a colocar suas candidaturas e seus mandatos como instrumento das lutas que travamos hoje, devem ser fortalecidos. Acreditamos também que... "estes devem se unir numa campanha conjunta em torno das bandeiras que hoje unificam a oposição brasileira. Que são: Anistia ampla geral e irrestrita; fim dos atos e leis de exceção e quaisquer de seus substitutivos; constituinte livre; liberdade de expressão, manifestação e organização; melhores condições de vida para o povo". (trecho do pronunciamento do DCE no lançamento do caderno "O MDB NA BAHIA" da sucursal baiana do jornal MOVIMENTO).

Se é a proposta, formação de uma frente de candidatos com estas características, nada mais justo do que nossa atuação junto a eles. Neste sentido, existem colegas participando ativamente da campanha de vários candidatos, integrando os comitês de: Adelmo Oliveira, Aurélio Miguel, Dirceu Régis, Francisco Pinto e Elquisson Soares, entre outros.

No mais reafirmamos nosso apoio ao combativo jornal EM TEMPO e para concluir achamos que a cobertura dada pelos jornais independentes aos candidatos que se colocam claramente na luta pelo fim do regime militar, muito tem contribuído para o fortalecimento dessas campanhas. Saudações democráticas.

Diretório Central dos Estudantes - DCE - UFBa - Salvador

Pelegada na jogada

Um operário da Hiter, indústria e comércio de aparelhos termo-hidráulicos, conta as condições de trabalho na empresa, algumas experiências de reivindicação e a atuação dos pelegos.

Senhor Redator,

Trabalho na Hiter, indústria e comércio de aparelhos termo-hidráulicos, e gostaria de relatar alguns acontecimentos mais recentes.

A Hiter paga seu empregados em dia, mas isto é obrigação e não um favor. No fim do ano dava esmola, digo, um prêmio a todos os funcionários com mais de três meses de casa. Este prêmio correspondia a dez horas de serviço por cada mês de firma. Quer dizer, os operários eram escravos o ano todo trabalhando que nem um condenado, tolerando todo tipo de pressões e perseguições de seus chefes, se alimentando mal pois, o salário não dá mesmo pra se alimentar direito, mas no fim do ano, isto é, um dia entre os 365, podia comer direito e dar de comer aos filhos.

Acontece que as greves começaram a surgir em São Paulo. E os funcionários da Hiter começaram a pensar nos seus companheiros que foram dispensados por terem pleiteado pagamento de isalubridade, lembraram do companheiro Robertinho, torneiro mecânico, que tendo chegado em cima da hora bateu o cartão antes de se trocar e o chefe das guardas o espancou. Depois o chefe do departamento pessoal, acompanhado de um pelego "obrigou" Robertinho a aceitar dois mil cruzeiros "por fora" e assinar o pedido de demissão, para não ter que ir a justiça e esperar anos, seguindo eles.

Outro caso foi o de um companheiro que foi estupidamente espancado dez minutos antes de deixar o trabalho. Mas neste caso houve um início de reação. Todos socorreram o companheiro tirando-o das mãos do guarda e inclusive alguém acertou sopapos no guarda.

E pensando nisto tudo e nos outros 364 dias que não comiam e nem podiam dar comida a seus filhos, resolveram: greve!

Tudo certinho, os mínimos detalhes estavam montados. Ai um operário ainda não identificado telefonou ao sindicato contando o que se passava. E lá vem pelego! Conversa com um e com outro e consegue desarticular a greve. Pede para fazer um abaixo assinado que eles se encarregariam de encaminhar as negociações com os patrões, mas sem paralisações.

Seis dias após o pelego chama os responsáveis pelo abaixo assinado e diz: "Tudo Ok. A firma dará 15% de aumento, estabilidade de 12 meses para todos, etc." Todos alegres, tudo maravilhoso. O aumento seria a partir do mês de agosto, no seu primeiro dia.

Entretanto no dia 4 de setembro todos os operários que organizaram o abaixo-assinado são impedidos de entrar na firma. Todos são dispensados, 12 companheiros. No dia do pagamento todos os que assinaram o documento são dispensados e o aumento não veio.

No horário da tarde há uma revolta geral, mas os companheiros estão divididos entre os que tocam cruzar os braços e os que tem medo. Mesmo assim, sem organização, há uma paralisação, há uma paralisação de três horas. Outra leva é dispensada.

Um grupo de operários planeja ir até o sindicato e "dar um pau" nos pelegos. Outro grupo mais moderado acha melhor conversar. Prevaleceu a segunda proposta. No sindicato ninguém quis atender-las. Disseram que os responsáveis pelo setor estavam presentes. Agora os pelegos estão mandando seus cupinchas dizerem aos trabalhadores da Hiter que a firma está em crise financeira e que não pode dar o aumento, dizem ainda que iriam mesmo dispensar aqueles operários por motivo de economia.

(José Leão - São Paulo)

Nacional

Bancários gaúchos: aumento salarial não virá de graça

De 64 para cá os bancários no Rio Grande do Sul perderam 79% no poder aquisitivo do salário, sem ganhar nada pelo aumento da produtividade e dos lucros dos banqueiros. Agora, eles estão em campanha salarial e querem 20% de aumento acima dos índices do governo. A mobilização em Porto Alegre é crescente e numa assembleia reuniu dois mil bancários, que ameaçam ir à greve caso as reivindicações não sejam atendidas.

No Rio Grande do Sul, 25 mil bancários estão em campanha salarial. Os sindicatos do interior formularam uma proposta que a categoria de capital considera baixa. A federação lançou as mãos. E em Porto Alegre, a categoria mobilizada ameaça entrar em greve caso não sejam atendidas suas reivindicações.

Os 22 sindicatos que compõem a Federação enviaram uma proposta de 28 itens aos banqueiros no último dia 12, sendo que a principal reivindicação era um aumento de 20% acima do índice para toda a categoria, a ser concedido em novembro.

Ao contrário do que era esperado, a resposta do Sindicato dos Bancos veio em seguida: aumento de 10% acima do índice para quem ganha até 3 salários mínimos; 7% para quem ganha de 3 até 4; 5% para quem ganha de 4 até 8 e 3,5% para quem ganha acima de 8 salários mínimos. Além disto, os banqueiros se dispunham a aumentar o anuênio para Cr\$ 200,00 - a pedida inicial foi de Cr\$ 300,00 - e estabilidade para a gestante até 60 dias após a licença-maternidade, quando os bancários haviam solicitado um ano.

Não atendem nem os pessimistas

Os outros 25 itens nem sequer foram mencionados, o que levou os dirigentes sindicais a uma imediata manifestação de repúdio. Para Dante Fonseca, presidente da Federação, a contraproposta patronal não atendia nem aos mais pessimistas.

A Federação convocou o Conselho de Representantes, formado pelos presidentes dos 22 sindicatos do Estado, para anunciar oficialmente a resposta dos banqueiros, ao mesmo tempo que comunicava aos dirigentes sindicais sua posição de não aceitar o oferecido. Pretendia a Federação voltar com uma outra proposta, pois Fonseca dizia que estavam apenas na primeira fase das negociações.

Numa reunião de mais de três horas foi elaborado o projeto de

uma outra proposta a ser submetida às Assembleias de cada sindicato para, no caso de ratificação, serem levadas aos patrões.

As novas exigências eram um aumento fixo de Cr\$ 650,00 acima do índice oficial para toda a categoria; fixação do salário profissional (130% do salário para o pessoal de portaria; 135% para os escriturários e 140% para o pessoal de tesouraria); anuênio de Cr\$ 220; retroação da data base para setembro; estabilidade para o delegado sindical; abono do ponto para o estudante bancário em dia de exame e a liberação de 5 dirigentes para o Sindicato de Caxias do Sul, atualmente com 3 diretores.

Como a maioria dos sindicatos do interior não fez Assembleia Geral, a proposta ficou nisto.

Efervescência

Porém, o Sindicato de Porto Alegre que congrega 12 mil bancários e que está respaldado num trabalho de base, considerou as exigências do pessoal do interior muito baixas. Por confiar num trabalho que a atual diretoria vem desenvolvendo junto às bases há tres anos, o presidente Olivio Dutra achou que o Sindicato tinha condições de exercer uma maior pressão junto aos banqueiros e conseguir um aumento melhor. Dutra sempre deixou claro que não poderia aceitar um reajuste inferior ao conseguido em São Paulo.

Numa reunião da Comissão de Mobilização, onde 250 bancários traçaram a campanha de mobilização para a Assembleia Geral, a disposição do pessoal era prosseguir na luta.

Durante 5 dias a capital gaúcha esteve sob a efervescência da campanha salarial. Utilizando todos os meios de comunicação possíveis, a Comissão de Mobilização colocou a Assembleia Geral dos bancários o assunto mais comentado na cidade. Os jornais traziam convocações na primeira página. As rádios e televisão anunciavam a Assembleia. Boletons foram distribuídos nos ban-

cos. Inclusive um carro portava uma faixa convocando a categoria. E nos bares do centro financeiro de Porto Alegre, falava-se que os bancários entrariam em greve. Seria a primeira depois de 1964.

Aumento não virá de graça

Na terça-feira à noite, na mais concorrida Assembleia que se tem conhecimento em sua história, o Sindicato da capital lotou as dependências do colégio Rosário, onde cerca de dois mil bancários exigiam um aumento mais expressivo do que o desejado pelos sindicatos do interior.

Para Olivio Dutra, "a contraproposta patronal não atende senão partes da reivindicação inicial levada pela categoria aos empregadores". O trabalho especial encomendado pelo DIEESE revela que de setembro de 64 a novembro de 78 o bancário do Rio Grande teve uma perda no poder aquisitivo do seu salário de 79%. "Como a produtividade nacional cresceu, prossegue Dutra, e isto até é bandeira da propaganda oficial, enquanto nossos salários decresceram, os bancários gaúchos se tivessem participado dos ganhos desta produtividade, teriam de obter 254% de reajuste salarial neste ano. Portanto, a nossa reivindicação básica de 20% acima do índice oficial é mais que aceitável".

Mas Dutra sabe que este aumento não virá de graça. "Não acreditamos que os banqueiros, só porque ganharam bastante dinheiro irão fazer concessões sem que, em contrapartida, sofram pressões dos bancários, organizadas em local de trabalho, em comissões Sindicato e reunidos em Assembleia Geral da categoria".

Como era esperado, a base de Porto Alegre tirou uma proposta acima da desejada pelos outros sindicatos.

Caso os banqueiros não a aceitem, explica Dutra, "a deliberação de como resistir a intransigência patronal será soberanamente

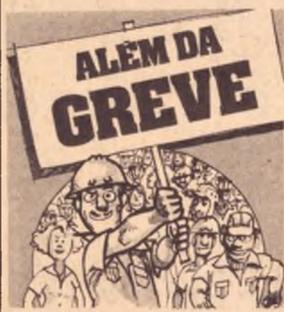
tomada pela Assembleia Geral". Se o acerto não se concretizar, Dutra não descarta a possibilidade dos bancários irem à greve "o último recurso é a greve que depende de um amadurecimento da categoria. Este amadurecimento se dá durante o processo de resistência. Mas até chegarmos lá, existem muitas outras maneiras de barganha nas negociações com os patrões".

E até vir a resposta dos empregadores ao pedido dos bancários, entregue no dia 24, um clima de tensão toma conta dos bancos em Porto Alegre.

(Airtom Ortiz)

"ALÉM DA GREVE"

Um livro de Antonio Felix Nunes, o jornalista mais pro dentro do movimento sindical.



Preço reservar me pelo reembolso Postal (votil) Além da Greve Pelo Preço de Cr\$ 40,00 cada

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____
Estado: _____
Obs: Toda encomenda sofrerá acréscimo de despesas postais

Jornal EM TEMPO - Editora APARTE
Rua Mateus Grou, 57 - CEP: 05 41 5
São Paulo - SP

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

EM TEMPO PRECISA SECRETÁRIA

☆ EM TEMPO precisa de uma secretária, período integral, em São Paulo. Tratar c/ Robinson pelo fone: 853-6680 ou 280-4759

GERENTE COMERCIAL PARA SERVIÇOS GRÁFICOS

● EM TEMPO precisa de um profissional em serviços gráficos que também conheça a comercialização desses produtos. Tratar com Paeco pelos telefones: 853-6680 ou 280-4759

JOSÉ FREJAT
MDB - Nº 308

Dep. Fed. Rio de Janeiro

(*) O candidato avisa que o nº de sua inscrição saiu errado no caderno "Eleições Parlamentares", editado por EM TEMPO. O nº correto de José Frejat é o 308.

JOSÉ EUDES
MDB - Nº 1601

Dep. Est. Rio de Janeiro

(*) O candidato avisa que o nº de sua inscrição saiu errado no caderno "Eleições Parlamentares", editado por EM TEMPO. O nº correto de José Eudes é o 1601.

GREVE ESTOURA EM MINAS

“Pau no patrão! abaixo a exploração!”. Com esse coro, a maior assembleia operária da região metropolitana de Belo Horizonte desde 1964 decide prosseguir a paralisação do trabalho iniciado na manhã de segunda-feira. Mais de dez mil trabalhadores da Fiat, Krupp e FMB silenciaram as máquinas para conseguir 20% de aumento salarial e reconhecimento de comissões de fábrica, entre outras reivindicações.

Na noite de segunda-feira, 23 de outubro, três mil operários ocuparam completamente o Cine Marcelino, no centro de Betim, município localizado a 20 km de Belo Horizonte e no qual estão instaladas 23 indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, com um contingente de 15 mil trabalhadores.

A FIAT Automóveis S/A, a maior, emprega 9.500 trabalhadores, seguida pela FMB Produtos Metalúrgicos, do Grupo FIAT, que emprega 2.300 operários e funcionários, e a KRUPP, de capital alemão-iraniano, que emprega 600 operários. São as fábricas mais importantes da base territorial de operação do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, que tem 2.600 associados.

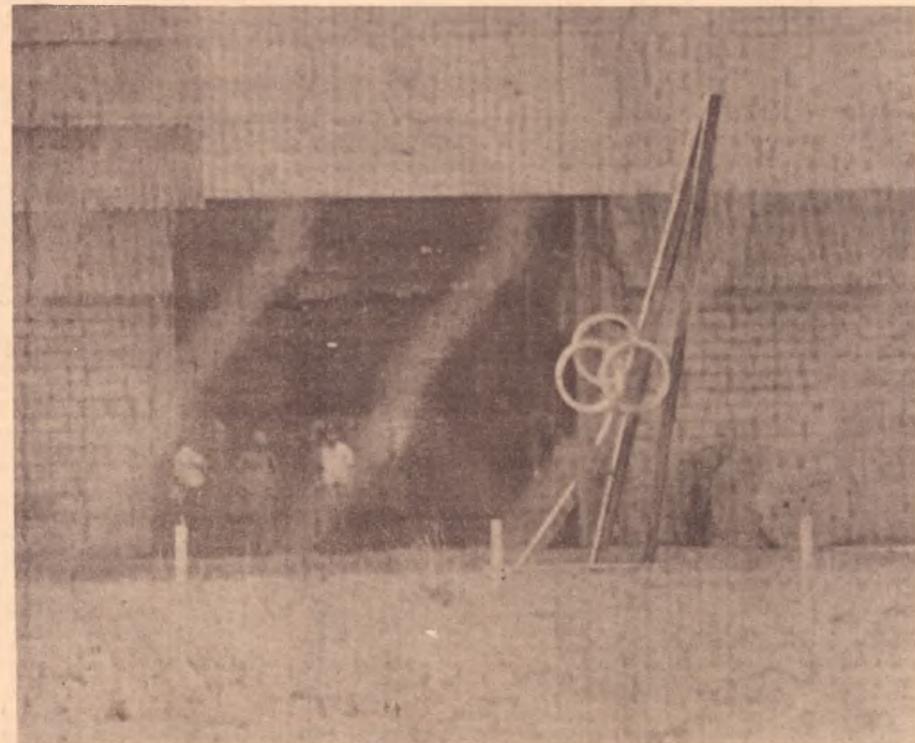
A ocupação do cinema era ilegal. Ia começar naquela noite de segunda-feira a maior assembleia operária da Grande BH após 1964. Desde o início da campanha salarial dos metalúrgicos de Betim, a partir de outubro. Essa seria a primeira assembleia de grevistas.

A deflagração da greve foi aprovada por 500 operários presentes a uma assembleia anterior, realizada no Clube Industrial na sexta-feira, 20 de outubro. Tinha ficado a decisão: dia 23, segunda-feira, às 11h30m, hora do almoço, as máquinas param e assim ficam até que os patrões resolvam ceder e pagar 20% de aumento acima do índice oficial do governo, para toda a categoria, sem distinção, abono de férias equivalente a 150 horas e formação de comissões de fábrica legais, reconhecidas pelos patrões e com garantia de estabilidade por dois anos para os integrantes das comissões. Além dessas, os operários da FIAT apresentavam outras reivindicações especificadas: congelamento dos preços dos ônibus da empresa, melhoria da comida e pagamento das taxas de insalubridade, que a FIAT não paga como a FMB e também a KRUPP.

A guerra

“Ole, Olá, o sindicato tá botando pra quebrar”. Esse era o canto de guerra dos operários que lotaram o cinema. A greve tinha começado de acordo com a programação: na hora do almoço.

“Pau no patrão, abaixo a exploração”, era o outro canto de luta que a massa lançava em coro dentro do cinema, comemorando a greve.



Primeiro dia da paralisação, na Krupp.

As empresas estavam certas de que 90% dos operários não queriam a greve. Diziam, através de boletim, como fez a FIAT, que uma minoria estava falando em nome de todos. “Vá à assembleia e não deixe que pessoas de interesses estranhos e diferentes dos seus decida por você. Movimentos ilegais e de força poderão conduzir a atitudes (da FIAT) de defesa dentro da lei”, dizia a nota distribuída pela empresa a cada um dos operários, estimulando-os a comparecer à assembleia naquele dia e colocando diversos ônibus à disposição dos trabalhadores que quisessem participar da assembleia. O mesmo fizeram a KRUPP e a FMB. A resposta dos operários foi rápida: greve, aprovada por unanimidade, ou confirmada por aclamação pela assembleia.

Vai falar um operário da FIAT: “A partir das 11h de hoje não somos

mais aquela massa de manobra, somos trabalhadores conscientes de nossos direitos e dispostos a lutar por eles, a classe operária que hoje está unida vai continuar assim porque nós sabemos porque paramos as máquinas. FIAT, FMB e KRUPP estão paradas. Então é o momento de nos colocarmos aqui hoje em discussão tudo aquilo que achamos que é importante para nós. O sindicato não pode ir sozinho conversar com os patrões porque o sindicato está forte, porque nós estamos aqui.

Se o sindicato vai sozinho conversar com os patrões é porque ele está fraco. Então, nesse momento é preciso que a assembleia eleja uma comissão de fábrica da FIAT, outra da FMB e outra da KRUPP. As três comissões formarão uma comissão permanente de greve. A comissão que estará acompanhando o sindicato na negociação com os patrões.”

“Viva a greve, viva a greve”, todos cantam.

Prosegue o operário da FIAT:

“Depois da greve, esta comissão voltará seu trabalho para as bases nas fábricas, para organizar e compor as comissões de fábrica, pois é da fábrica que começou essa greve.

Devemos exigir estabilidade por dois anos para os membros das comissões de fábrica, porque senão eles podem ser mandados embora”.

Ele continua: “Outra reivindicação importante nossa deve ser o reajuste trimestral dos salários por causa do custo de vida, e o piso salarial de Cr\$ 3 mil. É absurdo que o metalúrgico da FIAT esteja ganhando Cr\$ 1800 ou Cr\$ 2 mil. E que os soldadores, pintores, empi-

lhadores, funileiros, todo o pessoal que pega insalubridade não ganhe a taxa de insalubridade que por lei é obrigatória. A reivindicação mais importante é o aumento de 20%, nem 1% a menos. Além disso, não vamos aceitar a dispensa de nenhum companheiro e vamos exigir o pagamento integral dos dias de greve”. Aplausos durante cinco minutos.

“Queremos a palavra”

Vai falar agora um operário da FMB: “A FMB está de parabéns, é claro. Lá foi bacana demais, foi em massa. De agora em diante pode acontecer o que acontecer, mas vamos manter esse ritmo. Paramos para protestar e assim que resolver o problema voltamos para as máquinas para funcionar em ritmo 100%. Mas vamos lutar pela integridade do pessoal que está sendo perseguido. Já tem companheiro despedido da FIAT”.

O microfone volta para as mãos do vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Jorge Noman, habituado mais à política sindical de cúpula. Noman procurou dirigir a assembleia à sua maneira, manifestando profunda irritação com os operários que exigiram o direito de falar.

Operário: “Queremos a palavra”.

Noman: “O que vocês querem (falando fora do microfone), combinem com o Nadir (presidente do Sindicato) depois. É comissão? O sindicato aceita. Fala com o Nadir depois”.

Operário: “Queremos a palavra”.

Noman: “Cinco minutos no máximo. Fala seu nome e firma”.

Operário: “Eu quero o tempo suficiente pra falar”.

Os operários falaram. Um da FIAT, outro da FMB. A assembleia aprovou tudo que eles propuseram.

Noman, já no final, sugeriu que a assembleia ficasse em mobilização

permanente. Aprovado. Ele diz: está encerrada a assembleia”. Isso foi feito sem marcar data da próxima, sem organizar esquema de comunicação entre o sindicato e os operários e sem que fosse escolhida a comissão de greve. Um operário pega o microfone e chama os companheiros para continuar a assembleia.

Muita gente tinha saído, mas a comissão é formada.

A FMB parou primeiro, às 11h.

“O forno 2 e o forno 3 pararam na hora certa, hora do almoço. Já estavam vazios. O forno 1 depois que esvaziou, parou também”, conta um operário. Já no final do primeiro dia toda a ferramentaria estava parada, 90% da manutenção, 60% do galpão de ferro fundido e 60% do galpão de alumínio.

Na terça-feira os operários comentavam que “veio uma ordem da direção da fábrica, ordem do dia anterior, para que durante a noite o forno 1 fosse carregado e para que a linha 1 funcionasse com os líderes (operário líder da turma) e com os operários novatos”. “A FMB contratou 300 novatos e achava que eles não iam aderir à greve. De fato, eles não aderiram desde o início.

Aos pouquinhos eles foram passando pro lado certo. Na terça-feira a linha 1 tava paradinha e parou também o laboratório químico. A empresa mandou cortar o lanche da manhã, mandou o restaurante piorar a comida e andou querendo fechar a fábrica, depois a direção desistiu de fechar”.

No dia seguinte, quarta-feira, terceiro da greve, a produção da FMB continuava toda parada e o pessoal de escritório aderiu mais ainda à paralisação. Ele prossegue:

“o problema é que os operários que estão de acordo com essa proposta não compareceram às reuniões no sindicato. Eles podem estar sendo mal orientados. Então dei uma orientação para que os empregados da KRUPP compareçam hoje ao sindicato para votarem. Falei que a empresa colocaria ônibus. Nós concordamos com o que o Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem resolveu: pagar de 12% pra baixo, conforme o salário do empregado”.

A polícia invade a FIAT. Ninguém se intimida.

Na terça-feira, a polícia militar invadiu a área aberta da FIAT, localizada entre os galpões e a cerca externa da indústria. A ordem foi do Secretário da Segurança, que para lá mandou um coronel da PM e muitos soldados, com cassetetes elétricos, cães e o DOPS.

“Ninguém se intimidou com a presença da polícia”, explica um operário. “Hoje já estamos no terceiro dia de greve, todos continuam tranquilos. Mas aumentou a força, a vontade de luta, porque achamos um abuso o operário reivindicar melhores condições sociais e de salário e afirma responder com polícia”. Ele prossegue: “A turma tá pra resistir a qualquer pressão. A turma tá com a moral muito elevada mesmo. Eles botaram policiais na produção com macacão vermelho. Eles requisitaram os macacões do almoxarifado. A turma logo descobriu. O DOPS anda dentro dos galpões disfarçado de operário. A PM fica mais é protegendo o lugar onde fica o Coronel da segurança da FIAT”.

No terceiro dia de greve nada funciona na FIAT. Nenhum operário trabalha. “Alguns galpões onde tem operário de empreiteira trabalhando coisa de fora da FIAT - explica outro trabalhador - a nossa

turma parou eles. Dentro dos galpões o silêncio é total. Ninguém admite outra proposta que não sejam as reivindicações gerais da turma. A própria firma já se pronunciou falando que vai botar o pessoal na rua gradativamente. Já estão criando um clima de mentira, colocaram no jornal Estado de Minas que em defesa da FIAT mandaram quatro operários embora, acusando eles de ter rabisado 40 carros. Isso é mentira, até agora operário não comentou sobre isso, e lá dentro a gente sabe de tudo”.

Sobre a possibilidade da greve prosseguir os operários comentavam, no meio da semana, “que a turma tá achando que a greve vai prolongar. Todo mundo dentro da FIAT tá exigindo que as comissões atuem junto com a diretoria do Sindicato nas negociações com os patrões. O clima é de firmeza. Hoje, alguns chefes de seções tentaram ligar as máquinas, por ordem superior no galpão 8 e na seção térmica. Mas ninguém aceitou trabalhar, depois correu o comentário que a segurança pegou um colega nosso no bloco de motor e levaram ele, parece que ele tava falando alto”.

O clima de intimidação e ameaça é permanente, na terça-feira, segundo dia de greve. Gente da FIAT

foi até o cartão de ponto e tirou os cartões, dando a entender que todo mundo que tivesse o cartão retirado já estava despedido. “Mas todo mundo tá batendo o ponto num pedaço de papel qualquer. Outra que a FIAT tá fazendo: a firma mandou alguns setores voltar pra casa, dizendo que tava todo mundo liberado, sem problema. Ninguém saiu. A turma permaneceu lá dentro discutindo baixinho as formas de melhor enfrentar a situação. Todos andam revoltados com a demissão de quatro colegas. Na terça-feira esses quatro chegaram na portaria e não puderam entrar. Ali mesmo receberam a carta de dispensa”, relata outro metalúrgico.

“Vamos cortar as unhas dessa gata”

“Essa greve é justa mesmo. Essa gata tá arranhando demais”, fala um grevista. A “gata” é a FIAT e por causa dos seus “arranhões” (salário baixo, condições de trabalho ruins, repressão interna) desde sexta-feira, os banheiros de muitos galpões apareceram pichados: “greve segunda-feira, 23, por aumento de 20%”. E era só nisso que se falava nos restaurantes e nos ônibus. Agora tem gente do DOPS nos ônibus, mas as informações correm com facilidade de galpão para galpão, através da “rádio peão”, de pé de ouvido.

Na manhã de segunda-feira, já na hora do almoço, o “pé de ouvido” foi o que mais funcionou. A greve começou nos galpões 8 e 9, onde fica a mecânica, que se subdivide em usinagem do bloco de motor, cabeçote, virabrequim, eixo de comando de válvula, contagem do cabeçote, motor, montagem do motor, prova do motor, manutenção mecânica, elétrica e eletrônica, regulação do motor, seção térmica, fiação, tornearia, almoxarifado central e controle de qualidade. Na mecânica trabalham aproximadamente quatro mil operários. O segundo turno entrava às 14h30. Meia hora antes, a mecânica parou completamente. Já perto do segundo turno entrar, parou a maior parte da usinagem. A prensa parou, depois re-

começou o trabalho. Mas na base da tartaruga. O segundo turno já entrou e foi parando. No relógio de ponto a turma já ia conversando o pessoal e a adesão era imediata. Mas só na terça-feira, depois da assembleia, onde tinha muita gente da FIAT que não tinha entrado ainda em greve, “é que a fábrica parou completamente”, explica um operário.

Já na sexta-feira, a turma da fiação parou o trabalho reivindicando o direito de participar da assembleia convocada pelo sindicato. O gerente desceu até lá e não liberou a turma.

No dia D da greve, segunda-feira, a paralisação já tinha começado mas a linha de montagem de motor resistia devido à pressão das chefias. Chega uma assistente social da FIAT e fala: “Isto é ilegal, vocês não devem parar estas coisas”. Um operário responde: “você não impõem esse protocolo todo pra operário falar com vocês? E esse protocolo não resolve problema de operário, então fica o sr. sabendo que nós também temos nosso protocolo.

Conversa é só lá no sindicato. Ai nós falamos, aqui é greve mesmo”.

E todos foram saindo, a linha de montagem de motor parou, na mecânica a greve já era geral, no dia seguinte toda a FIAT estava em greve.

Fábrica de automóveis e de ilusões

FIAT: Fui Iludido Agora é Tarde. É assim que os operários da FIAT falam da empresa. Por que?

Nos últimos seis meses, a FIAT manteve praticamente o mesmo número de operários (9.500), mas a produção dobrou, a FIAT produzia em média 280 carros por dia, hoje ela produz 440 carros FIAT, 30 Alfa Romeo, peças avulsas, blocos de motor e lataria para exportação e 1.300 motores montados para exportar à FIAT da Argentina, Itália e de outros países. Assim, um cara que vai colocar um vidro, por exem-



Assembleia em Betim...

plo, faz aquele movimento mais de 440 vezes por dia. “Isto dá loucura”, explica um operário. “Já teve caso de cara ficando doído lá dentro. Então, ele foi levado pro ambulatório da firma e quebrou todos os vidros. Aí veio a segurança, levou o cara preso e ninguém soube de mais nada. Deve ter sido despedido por justa causa”.

O operário, dependendo do setor, tem até três níveis. O salário/hora varia. Na seção tem os líderes, que são operários que vigiam a produção. Acima deles vem o “chefe”, que é um técnico cursado. Depois vem o Chefe de Serviço. Em seguida o Gerente e, por último, a diretoria.

Prossegue o operário: “O que tô falando é que a violência do ritmo de trabalho é incrível. Em todos os setores, 70% dos operários da FIAT têm úlcera. E quase todo mundo tá ficando com hemorroidas. Problema de vista também é muito sério.

Quase todas as máquinas têm limalilha. A poluição é violenta e a insalubridade em alguns setores é muito alta. E a FIAT não paga a taxa de insalubridade. Tem também muito problema de pele por causa de produtos químicos. Se o sujeito pára um minuto na produção ele tá sujeito a levar uma advertência. Se o cara vai ao banheiro, o líder vai atrás. E uma das funções dele. Vigiar banheiro. A produtividade é medida por quantidade de peças.

Os chefes saem beneficiados. Promoção, a FIAT corrompe o cara nessa base. Na linha de montagem o

cara nem pode ir ao banheiro. Ele faz 4 operações de montagem em 1 ou 2 minutos”.

O operário de nível 1, ganha Cr\$ 8,50 por hora, o mecânico 3 ganha Cr\$ 45,00 por hora. “Gente aí é obrigado a dobrar serviço. Operário já morreu tuberculoso por causa disso”.

Outro problema sério é a segurança. “O número de guardas a gente não sabe. Tá havendo uma peneiração. Vão botar gente com curso de polícia agora. E um sistema militar com hierarquia e tudo.

Comandado por um coronel e um tenente. É completamente repressivo. Há poucos dias prenderam um colega nosso por causa de discussão com chefe. Disseram que ele ia até o sindicato em Betim. Levaram ele pra delegacia de polícia de Betim.

Ficou preso três dias”.



a decisão da greve.

EM TEMPO!